

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Por novos projetos, Guedes expõe restrição fiscal	2
Título: Governo planeja privatizar Petrobras em 2022.....	4
Título: Após enxugamento, estatais dão lucro de R\$ 71 bi no 1º tri	7
Título: Com desinvestimento já em curso, governo colocará a venda uma empresa mais enxuta.....	8
Título: Aliados sinalizam apoio à venda	10
Título: Enel expande projeto de geração solar no Piauí	11
Título: Distribuidoras vencem disputa com Santo Antonio	13
Título: Pedro Parente entra no conselho da Prumo	14
Título: Em estudo, IPO da Saudi Aramco provoca guerra entre bancos	15
Título: Demanda de siderúrgicas cresce mais devagar	17
Título: Minério cai 30% no mês com incertezas sobre China	18
Título: Nova CPMF elevaria carga da agropecuária e da indústria	20
Título: Economistas veem leve alta do IPCA-15 neste mês	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Governo inclui nove estatais no PPI	23
Título: ‘Programa é tímido e sem impacto fiscal relevante’	25
Título: Privatização, resposta à incapacidade de investir	27
Título: Lucro de empresas na lista de privatização caiu 50%.....	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: A privatização da Petrobras	29
Título: Governo inclui 9 estatais em programa de privatização	31
Título: Atratividade não é garantida, dizem especialistas	33

Título: Brasil deveria doar suas estatais para acelerar o ritmo da privatização	34
Título: Estatais dispararam na Bolsa com plano de privatização	38
Título: TCU abre investigação ampla sobre acordos firmados pelo MPF	39
Título: Mudança do Coaf foi para despolitizar órgão, afirma Guedes	41
VEÍCULO: O Globo.....	42
Título: À VENDA.....	42
Título: Passo seguinte	45
Título: Governo fará estudos sobre privatização da Petrobras, diz Onyx	45
Título: União vai estimular produção de óleo e gás em terra	47
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	49
Título: Largada para a privatização de nove estatais	49
Título: Especialistas veem decisão como positiva.....	52
Título: “Para privatizar Petrobras, será preciso educar a população”	53

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto, Edna Simão, Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Por novos projetos, Guedes expõe restrição fiscal

A equipe econômica do governo Bolsonaro apresentou ontem aos líderes da Câmara dos Deputados os principais projetos pós-reforma da Previdência que dependem do aval do Congresso: desestatização da Eletrobras, estímulo a privatizações no saneamento, reforma tributária e a autonomia do Banco Central (BC).

Em busca de apoio a essas medidas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, expôs a restrição fiscal do governo para fazer investimentos e garantiu que cumprirá a promessa de pagamento das emendas parlamentares.

Sem dar um prazo, Guedes afirmou que enviará a proposta tributária do governo "muito brevemente" ao Congresso e que haverá conciliação. "Achamos que o governo federal tem de mandar a parte dele e o Congresso encaixa a parte dele", disse.

Ele elogiou a proposta de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do economista Bernard Appy, mas voltou a defender que seja incluída a polêmica Contribuição sobre Pagamentos (CP), uma taxa sobre todas as transações financeiras, e que, segundo ele, "já foi defendida por todos os economistas". "Podemos ter desoneração forte na folha com a entrada desse imposto", afirmou.

Com a participação do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, o modelo de privatização da Eletrobras foi apresentado aos parlamentares e justificada pela situação das contas públicas do governo, que não tem recursos para fazer os aportes necessários para os investimentos da estatal. A empresa precisa gastar R\$ 14 bilhões por ano até 2027 para manter seu plano de investimentos, que é suficiente apenas para manter a atual participação no mercado, mas possui apenas R\$ 4 bilhões. Como a União detém 63% do capital da estatal, precisaria aportar R\$ 6,3 bilhões por ano. Se o plano não for cumprido, afirma o governo, a empresa perderá relevância- cairá de 31% para 9% da geração de energia do país em 2029 e de 47% para 13% da transmissão.

O governo, contudo, não tem esse dinheiro, de acordo com Guedes, que justificou que as despesas obrigatórias no Orçamento estão em 92% e crescendo, o que torna pequeno o espaço fiscal para investimentos. Dos 8% restantes, o destino é muito engessado, como o Bolsa Família. Além de justificar a privatização da Eletrobras, a falta de dinheiro imporia privatizações no saneamento (duas medidas provisórias com esse objetivo já perderam a validade e um projeto está na Câmara, sem apoio suficiente hoje para ser aprovado).

Ao falar sobre esse quadro, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, defendeu a flexibilização da emenda constitucional do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo federal pela inflação, para permitir que gastos não recorrentes possam ser excluídos da regra, mas a ideia foi rechaçada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e até por Guedes, segundo relator de cinco deputados.

Ao **Valor** o secretário da Fazenda disse que é "100% contra a flexibilização para despesas recorrentes", citando, por exemplo, o investimento. "O teto de gasto é uma medida bem-vinda, pois traz disciplina fiscal, o que é desejado", afirmou. Rodrigues disse que na reunião tentou mostrar a forte restrição fiscal pela qual passa o país neste e no próximo ano, mas defendeu que a despesa com o Censo,

estimada em R\$ 2,3 bilhões, seja desconsiderada do teto. "Este gasto do Censo defendi retirá-lo do teto por ser uma despesa não recorrente."

Essa tese foi rechaçada pelo presidente da Câmara, que disse que, ao abrir espaço para que isso ocorra, a sinalização para o mercado será muito ruim e haverá pressão para outras flexibilizações, como do Judiciário - poder que, a partir de 2020, terá que enquadrar suas despesas, que não serão mais compensadas pelo Executivo, como ocorreu nos três primeiros anos de existência do teto de gastos. Guedes concordou e também disse que não há espaço para mexer nessa regra. "A tendência da Câmara não é autorizar a flexibilização do teto de gastos, é pressionar pela redução de despesas", disse o líder do Cidadania, deputado Daniel Coelho (PE).

O modelo de privatização da Eletrobras, segundo documento distribuído aos parlamentares e ao qual o **Valor** teve acesso, limitará 10% o poder de voto dos acionistas, num modelo de corporação. Haverá a pulverização do capital da União, hoje em 63%, com o lançamento de mais ações da empresa no mercado. O governo não participaria da capitalização e teria diluído suas ações a menos de 50%. Pelo modelo, qualquer que seja a quantidade de ações, a União terá poder de voto de 10%. Isso se aplica a todos os demais acionistas.

Maia afirmou que ainda não há decisão sobre se será utilizado o projeto de lei do governo Michel Temer que já está na Câmara ou se o atual governo mandará um texto novo, mas defendeu essa segunda alternativa. "Se vamos construir marco com o Parlamento é bom que o governo encaminhe um projeto", disse.

Ele argumentou que há resistências no Congresso e que o governo precisa mostrar que, com a privatização, haverá mais recursos para investimentos em outras áreas, como transposição do Rio São Francisco e até mesmo Minha Casa, Minha Vida - duas pautas caras à bancada nordestina, a mais avessa à privatização da Eletrobras.

Apesar da presença do presidente do BC, Roberto Campos Neto, a autonomia foi pouco debatida por falta de tempo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Romero, Lu Aiko Otta e Estevão Taiar | De São Paulo e de Brasília

Título: Governo planeja privatizar Petrobras em 2022

A equipe econômica do governo pretende privatizar a Petrobras até 2022, último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro. A estatal não foi incluída

na lista de 17 empresas que serão vendidas nos próximos meses e anos, mas, segundo informou ao **Valor** fonte graduada do governo, faz parte do plano de desestatização.

Na noite de terça-feira, ao discursar no evento "Valor 1000", o ministro da Economia, Paulo Guedes, ironizou a resistência de corporações de funcionários à privatização. "Tem gente grande aí que acha que não será privatizada, mas vai entrar na faca", disse Guedes após revelar que o governo anunciaria, no dia seguinte, a lista das 17 estatais a serem vendidas. "Ano que vem tem mais."

O mercado reagiu bem ao pacote. As ações da Eletrobras, estatal mais valiosa da relação, registraram a maior alta do Ibovespa, chegando ao valor mais elevado de sua história: a ação ordinária (ON, com direito a voto) subiu 12,39% e a preferencial (PN), 11,80%.

Mesmo fora da lista, ações de outras duas grandes estatais tiveram altas significativas - a ON da Petrobras valorizou-se 5,32% e a PN, 5,95%. No caso do Banco do Brasil, o papel avançou 5,72%.

No fim da tarde de ontem, o governo divulgou a relação das 17 empresas, sendo que a venda de oito já estava prevista. Nove estatais na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI): Correios, Telebrás, Serpro, Dataprev, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Lotex e o Porto de Santos (SP), o maior da América Latina. Também foi autorizada a venda de 20,8 milhões de ações da União no Banco do Brasil, que excedem o necessário para manter o controle acionário.

O processo para a venda das nove estatais será longo. Correios, Telebrás, Serpro e Dataprev foram inscritos no programa para serem estudados. Ou seja, não se sabe como essas empresas serão vendidas. É preciso encontrar um modelo que torne o negócio atraente para a iniciativa privada. "O importante não é timing, é atitude", disse o secretário de Desestatizações, Desinvestimentos e Mercados, Salim Mattar. "Queremos reduzir o tamanho do Estado."

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, reforçou esse discurso. "É como se eles [projetos] entrassem em uma linha de produção", disse, referindo-se às várias etapas até que a desestatização seja concluída. "Quando [o projeto] entra no PPI, não temos certeza de que aquilo seja viável." A estimativa do governo federal é que a desestatização de toda a carteira atual do PPI gere investimentos de R\$ 1,3 trilhão.

A venda da ABGF ainda está em formatação, disse Mattar. Ela deve parar de fornecer garantias a projetos em infraestrutura, deixando a tarefa para a

iniciativa privada. No entanto, poderá permanecer fornecendo garantias de risco-país. O secretário afirmou que o governo não pretende colocar as exportações brasileiras em risco.

Depois de duas tentativas fracassadas de venda da Lotex, o governo decidiu reduzir o requisito de habilitação do comprador. Ele deve ter experiência em administração de loterias instantâneas. O governo diminuiu, porém, a receita mínima exigida do candidato à compra em 12 meses, de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 650 milhões.

O PPI autorizou ainda a elaboração de projetos para atrair investimentos privados em Estados e municípios. O BNDES vai estruturar Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de iluminação pública. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, será apresentado nos próximos dias um programa de combate ao crime violento elaborado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro. A melhora da iluminação pública em áreas sensíveis é um dos itens. Governadores e prefeitos poderão usar parcerias com empresas também para construir presídios.

Onyx informou ainda que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** está realizando estudos para a privatização da área de refino da Petrobras. "Estamos indo passo a passo, a Petrobras é gigantesca", disse, citando, por exemplo, a abertura de capital da BR Distribuidora. "Ainda temos muito a fazer antes de trazer todas as áreas [da empresa] para o processo de privatização ou desestatização." Segundo ele, a privatização da Petrobras tem que passar não só por estudos do MME, mas também das equipes do PPI e do BNDES.

No anúncio, a secretária especial do PPI, Martha Seillier, disse ainda que há um estoque de mil creches inacabadas deixadas pelo antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os estudos-piloto vão buscar empresas interessadas em concluir os empreendimentos e operá-los. Como contrapartida, haveria vales-creche.

Os estudos serão feitos pelo BNDES e serão opção de prefeitos e governadores aderirem ao programa, disse Onyx. O banco foi autorizado também a selecionar consultorias para a estruturação de projetos de concessão por meio de uma "shortlist", disse Martha. A falta de projetos é a principal queixa de investidores privados. Há capital abundante no mundo e interesse em investir no Brasil, que oferece boa rentabilidade em seus projetos de infraestrutura.

No entanto, há poucas opções de negócios na prateleira. O modelo com adoção de "shortlist" permitirá a contratação mais célere de consultorias e a elaboração de mais projetos com qualidade técnica.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle | De Brasília****Título: Após enxugamento, estatais dão lucro de R\$ 71 bi no 1º tri**

Das 133 empresas estatais federais existentes hoje, o governo listou nove novas companhias para serem privatizadas ou, se não houver interessados na compra, serem liquidadas. Entre 2016 e o primeiro trimestre deste ano, 21 estatais federais foram vendidas, liquidadas ou incorporadas.

O conjunto das empresas, que há três anos dava um prejuízo de R\$ 32,5 bilhões, hoje apresenta um lucro de R\$ 71 bilhões, segundo o Boletim das Estatais relativo ao primeiro trimestre.

O resultado foi puxado pela Petrobras e pela reversão do prejuízo do grupo Eletrobras, com impacto positivo de R\$ 15,1 bilhões. Os dados oficiais indicam que a participação do BNDES nesse resultado também foi relevante. Entre o primeiro trimestre de 2018 e igual período de 2019, o lucro do banco teve aumento de 437%, passando de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 11,1 bilhões.

Com um orçamento de investimentos de R\$ 120 bilhões para este ano, a execução até março foi de 6,7%, na média. Ou seja, as estatais investiram somente R\$ 8 bilhões no primeiro trimestre.

O processo de ajustamento das empresas públicas começou em maio de 2016, quando a equipe liderada por Fernando Soares assumiu o comando da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Desde então, com a edição de programas de demissão voluntária (PDV), a folha de pessoal encolheu em 62 mil empregos - mais do que toda contratação feita durante o período da ex-presidente Dilma Rousseff (pouco mais de 56 mil funcionários). Eram 554.834 funcionários em 2014 e atualmente são 492.460.

Do universo das estatais, 22 empresas têm patrimônio líquido negativo que somava R\$ 46,47 bilhões, segundo dados relativos a 2017. Dentre essas, há uma empresa no rol das privatizáveis: a CBTU, de transportes urbano, que carrega um patrimônio líquido negativo de R\$ 553,11 milhões.

No consolidado as estatais, no entanto, têm patrimônio líquido positivo de R\$ 655 bilhões, sendo que R\$ 602,5 bilhões estão concentrados nos cinco grandes grupos (Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa e BNDES).

Tanto a CBTU quanto algumas outras escolhidas para uma primeira leva de empresas que poderão ser vendidas ou liquidadas são fortemente dependentes de dinheiro do Tesouro Nacional para sobreviverem, inclusive para sustentar a folha de pessoal.

A Ceitec, fábrica de dispositivos microeletrônicos, tem uma dependência de 94% das receitas vindas da União para pagar as suas contas. O Trensurb, de transportes urbanos, tem 65% dos seus gastos bancados pelo Tesouro. E a dependência da CBTU é de 86%.

O endividamento das estatais federais vem caindo paulatinamente. Chegou a R\$ 544 bilhões em 2015 e desde então a redução tem sido sistemática. No primeiro trimestre deste ano era de R\$ 367 bilhões, liderado pelo grupo Petrobras, que carrega uma dívida de R\$ 307,1 bilhões, sendo R\$ 253,5 bilhões a credores externos e R\$ 53,6 bilhões a domésticos. Em seguida está a Eletrobras, com dívida de R\$ 53,7 bilhões, majoritariamente a credores internos. Os R\$ 6,3 bilhões restantes são distribuídos entre as demais companhias.

Com as nove empresas incluídas ontem no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sobem para 17 a lista de empresas que o governo pretende dar um novo destino.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Francisco Góes | Do Rio

Título: Com desinvestimento já em curso, governo colocará a venda uma empresa mais enxuta

Novo alvo do programa de privatizações do governo, a Petrobras vem avançando com uma agenda intensa de desinvestimentos que culminou em uma série de vendas nos últimos anos, no mercado de óleo e gás. Desde 2017, a petroleira repassou, para a iniciativa privada, o controle de três subsidiárias (NTS, TAG e BR). A expectativa é que a lista de alienações aumente e que, se confirmada a desestatização da empresa, o governo ofereça ao mercado, nos próximos anos, uma Petrobras completamente diferente, mais enxuta e focada essencialmente na produção de petróleo.

Em pouco mais de dois anos, a Petrobras concluiu as privatizações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), da Transportadora Associada de Gás (TAG) e da BR Distribuidora, que, juntas, renderam US\$ 17,7 bilhões à estatal. Além delas, a petroleira também tem planos de se desfazer da Liqueigás e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

A privatização da BR, concluída depois da oferta secundária que reduziu a fatia da Petrobras na empresa de 71,25% para 37,5%, em julho, pode ser um modelo inspirador para a venda do controle da petroleira, na avaliação do consultor Adriano Pires. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o negócio poderia envolver a transformação da Petrobras em uma empresa sem controle definido, a exemplo da distribuidora. Ele acredita que, se o governo for bem-sucedido na privatização da Eletrobras, a "bola da vez", em seguida, será a petroleira, em 2020.

O governo detém 28,7% do capital total da Petrobras. Indiretamente, a União possui mais 14%, relativos às fatias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPar.

Uma fonte da administração da Petrobras disse ao **Valor**, sob a condição de anonimato, que, embora não conheça detalhes dos planos do governo, um primeiro passo para a privatização da petroleira poderia envolver a unificação das ações ordinárias e preferenciais da estatal. A partir daí, com os papéis mais valorizados, a União teria melhores condições de retorno para vender suas ações por lotes. A fonte vê como provável, ainda, a adoção de uma "golden share".

Uma outra fonte, do próprio governo, reconhece, também sob a condição de anonimato, que o plano do governo é de difícil implementação, por depender da aprovação pelo Congresso. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu dispensar o aval legislativo para a venda de subsidiárias estatais, mas determinou que a privatização de "empresas-mães" (controladoras e holdings) precisa de aprovação de lei específica.

Para o primeiro diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, por sua vez, a privatização da Petrobras deixou de ser um tabu. Ele afirma que, nos governos do PT (2003-2016), houve uso ideológico da estatal, retomando-se a ideia de que "o petróleo é nosso", slogan fundador da Petrobras. Para ele, a sociedade mudou a sua visão. "Já havia começado ali [no governo Michel Temer] um aculturamento da sociedade de que não existe molécula de petróleo e gás estatal".

Pires, do CBIE, diz que, na história recente, não houve nenhum movimento sério e objetivo para privatizar a Petrobras - criada por Getúlio Vargas em 1953. O

debate político sobre o assunto esteve presente nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que impulsionaram as privatizações em diferentes áreas, nos anos 1990, mas nunca chegaram a incluir a petroleira em um processo de desestatização, como aconteceu com Telebrás e Vale. O próprio FHC, no primeiro mandato, escreveu carta se comprometendo a não privatizar a empresa.

Para reduzir dívidas, a estatal avançou, nos últimos anos, com um plano robusto de venda de ativos, intensificado na gestão atual, de Roberto Castello Branco. A Petrobras é uma empresa verticalizada, presente em todos os elos da cadeia, da produção de petróleo ao refino, logística e distribuição. Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar Almeida, se confirmada a privatização, a tendência é que o governo oferte ao mercado uma Petrobras mais enxuta.

"A Petrobras está se transformando numa empresa ainda integrada, mas muito mais focada em exploração e produção. Se a reestruturação der certo, vai se tornar, no futuro, numa das maiores exportadoras do mundo", avalia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Aliados sinalizam apoio à venda

Aliados do presidente Jair Bolsonaro no Congresso são os mais receptivos a um eventual projeto de privatização da Petrobras nos próximos anos. Alinhados com a pauta econômica defendida pelo Planalto, partidos do Centrão estão abertos ao debate, mas enfrentam resistência entre boa parte dos parlamentares. A oposição, por sua vez, promete dar muita dor de cabeça caso Bolsonaro decida enviar a proposta.

Correligionário do chefe do Planalto, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) avalia que, além da privatização, é necessária uma regulamentação do setor petrolífero. Para ele, o "tempo de mercado é agora", já que, com o avanço das tecnologias, a tendência é que a empresa deixe de interessar a eventuais compradores.

Presidente da comissão de Minas e Energia, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) também demonstrou ser favorável a um eventual projeto de privatização. "O governo pode aproveitar os recursos conseguidos com a privatização para investir em infraestrutura. É melhor ter a Petrobras ou investir em estradas?"

Parlamentares do Centrão demonstraram abertura para debater projeto desta natureza, mas indicaram que é preciso tempo para amadurecer a ideia. Nos bastidores, deputados do bloco demonstram que resistirão à privatização da Petrobras, que, em sua avaliação, será "a estrela" do segundo pacote de empresas privatizáveis. Além de diálogo, "tudo depende dos próximos passos do governo e do sucesso desse primeiro pacote".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Enel expande projeto de geração solar no Piauí

O braço de geração renovável da italiana Enel deu mais um passo na execução do seu ambicioso plano de crescimento no Brasil, ao iniciar a construção de 133 megawatts (MW) de energia solar no Piauí. O projeto, que vai envolver investimentos da ordem de R\$ 422 milhões, será destinado a consumidores livres, por meio de contratos de médio e longo prazos.

Entre 2019 e 2021, a Enel Green Power Brasil planeja investir € 1,6 bilhão (R\$ 7,1 bilhões) no Brasil. "Vamos adicionar 1,9 gigawatt (GW). Acho que isso mostra o quanto acreditamos no país, que é interessante para desenvolvimento das renováveis", disse Roberta Bonomi, responsável pela companhia no país.

O investimento anunciado ontem faz parte desse plano. Os 133 MW consistem na expansão do parque solar São Gonçalo, em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí. Com isso, o empreendimento chegará a 608 MW de potência, quando concluído. Segundo a companhia, essa é a maior planta solar em construção na América do Sul. Os primeiros 475 MW tiveram a construção iniciada em outubro do ano passado. O complexo deve entrar em operação em 2020.

A primeira etapa do projeto também foi objeto, em parte, de contratos com consumidores livres de energia. No total, serão 343 MW destinados a clientes corporativos do mercado livre, incluindo 210 MW da primeira etapa e os 133 MW anunciados ontem. Outros 265 MW do empreendimento contam com contratos de 20 anos com distribuidoras de energia, firmados por meio de leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo Roberta, hoje, a Enel tem destinado aproximadamente metade da energia renovável desenvolvida no Brasil ao mercado livre, devido à avaliação

de que as condições de preço estão mais atrativas que as do mercado cativo (das distribuidoras).

Além do complexo solar, a Enel tem quatro projetos de geração eólica em desenvolvimento, três já com obras iniciadas e energia contratada parte no mercado livre e parte no regulado. Um quarto projeto, chamado Cumaru, será o primeiro dedicado exclusivamente ao mercado livre de energia. Segundo Roberta, as obras ainda não tiveram início, mas os contratos de energia com clientes já estão sendo fechados. O projeto deve entrar em operação em 2021.

A venda de uma fatia dos projetos no mercado regulado, muitas vezes, tem como função garantir o acesso dos empreendimentos à conexão com a rede de transmissão, que é prioritária para projetos contratados por distribuidoras de energia por meio de leilões. No caso de Cumaru, a Enel avalia que, em 2021, a conexão será possível, o que dispensa o projeto de ter um pedaço comercializado nos leilões, nos quais os preços estão cada vez mais achatados devido à competição crescente.

"Fazemos um mix [entre regulado e livre]. Encontramos um mercado livre atrativo no último ano e meio. Claramente os prazos são mais curtos, mas, nesse momento, o preço é mais atrativo", disse a executiva. Para viabilizar os empreendimentos, a Enel conta com sua própria comercializadora de energia, que faz a intermediação entre a geração e um grupo de diversos clientes corporativos consumidores da energia.

A Enel também aposta em projetos híbridos entre as fontes eólica e solar para os mercados livre e regulado no futuro. "Nesse momento, não há vantagem pois cada fonte precisa ter sua própria conexão. Mas achamos que seria muito benéfico haver uma conexão para as duas fontes, que são complementares", disse Roberta.

Hoje, a Enel tem 2,4 GW em operação no Brasil, sendo 752 MW da fonte eólica, 370 MW em solar, e 1,3 GW em energia hídrica. Com a expansão planejada, a italiana vai chegar a 4,3 GW, o equivalente a cerca de metade da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (PA).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Distribuidoras vencem disputa com Santo Antonio**

Um grupo de cerca de 35 distribuidoras de energia do país obteve, ontem, expressiva vitória em uma disputa de pouco mais de R\$ 1 bilhão com a Santo Antônio Energia (Saesa), concessionária formada por Furnas, Cemig, Odebrecht, Andrade Gutierrez e FIP Amazônia, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, no rio Madeira (RO). Por 11 votos a um, a corte especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou agravo movido pela Saesa, que buscava revalidar liminar que a isentava da responsabilidade pelo atraso no cronograma da usina.

Com o atraso, a Saesa foi obrigada a comprar energia no mercado de curto prazo, ao preço de liquidação de diferenças (PLD) - o preço à vista -, para honrar contratos com as distribuidoras no mercado regulado. A concessionária, porém, argumentava que o atraso havia sido provocado por greves ocorridas no canteiro de obras da usina entre 2009 e 2013. Com o excludente de responsabilidade pelo atraso, a Saesa estaria desobrigada do cumprimento do contrato no mercado regulado.

Nesse caso, as distribuidoras é que deveriam comprar energia no mercado de curto prazo para atender à demanda descoberta. O custo dessa compra seria então repassado ao consumidor por meio de reajustes tarifários. Esse montante, corrigido a valor de hoje, superaria R\$ 1 bilhão.

"O STJ confirmou o entendimento de que não cabe às distribuidoras arcarem com os prejuízos decorrentes do atraso na operação comercial da Saesa", afirmou Vitor Alves de Brito, advogado do escritório Sergio Bermudes, um dos representantes das distribuidoras no caso.

A discussão na Justiça teve início em 2014. A Saesa chegou a ter duas liminares, em ações distintas, protegendo-a do pagamento. As liminares, porém, foram derrubadas pelo STJ. A concessionária então entrou com uma terceira ação, com base na publicação da Lei 13.306/2016 e no entendimento de que são reconhecidos como excludentes de responsabilidade todas as ocorrências de caso fortuito ou força maior, incluindo greves.

A Saesa informou que a decisão não traz qualquer efeito negativo para o caixa da companhia e, portanto, não implica qualquer desembolso financeiro.

"Seguimos confiantes na decisão favorável de mérito, que não era objeto deste julgamento", completou a geradora, em nota enviada ao **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Pedro Parente entra no conselho da Prumo

A EIG Global Energy Partners, controladora da Prumo, anunciou ontem mudanças na administração da subsidiária. Em comunicado conjunto com a Prumo, o grupo informou que Pedro Parente, ex-presidente da Petrobras e atual presidente do conselho da BRF, vai integrar o conselho de administração da Prumo Logística. Além dele, vão compor o colegiado Ieda Gomes, ex-presidente da Comgás e da BP Brazil; e Franklin Feder, ex-presidente da Alcoa Latin America.

A EIG também informou que o consórcio Gás Natural Açú (GNA), formado pela Prumo Logística, BP e Siemens, assegurou financiamento de US\$ 750 milhões. A joint venture vai alocar recursos para um projeto de gás natural liquefeito no porto do Açú, no Norte Fluminense. O financiamento será concedido em consórcio por três instituições financeiras: a International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial; o banco estatal alemão KfW e o BNDES.

No comunicado, a EIG e a Prumo afirmam que os recursos serão aplicados para completar a primeira fase do projeto de GNL no Açú - a usina GNA 1, com potencial de 1,3 Gigawatt (GW). As empresas também informaram que o empreendimento GNA 2, de 1,7 GW, já tem contratos de energia assegurados.

No total, os empreendimentos, que são as duas fases do projeto, terão capacidade instalada de 3 GW, com outorga de capacidade total de 6,4 GW.

As empresas informaram que a GNA deve participar do leilão A-6, em outubro deste ano, com a oferta de energia de novas usinas no complexo do Açú.

O projeto das empresas no Açú consiste na instalação de um complexo termoeletrico interligado a um terminal de regaseificação de GNL e à rede nacional de gasodutos de transporte.

As empresas estimam que as unidades GNA I e o terminal de GNL começarão a ser comissionados - ou seja, preparados para o início de operação - em março do ano que vem.

O investimento total nas duas fases do complexo de GNL do consórcio GNA, no Açu, está estimado em mais de US\$ 2 bilhões, detalharam as empresas no informe.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Em estudo, IPO da Saudi Aramco provoca guerra entre bancos

O banco Goldman Sachs entrou na disputa pela planejada abertura de capital da Saudi Aramco, após uma ofensiva de meses de seus principais executivos, incluindo Dina Powell, ex-funcionária da administração Trump. A informação foi dada por pessoas a par o assunto.

Dina Powell, que deixou o Goldman Sachs em 2017 para trabalhar na Casa Branca e retornou ao banco um ano depois, aproveitou o conhecimento que tem da região e suas relações com as autoridades de alto escalão do reino para buscar negócios para o Goldman Sachs, disse uma pessoa próxima da gigante estatal de energia da Arábia Saudita. "Ela é uma operadora formidável", disse a fonte. "Está fazendo pelo Goldman o que fez por Trump... abrindo as portas para conseguir negócios."

Nascida no Egito e fluente na língua árabe, Dina foi providencial na organização da viagem de Donald Trump à Arábia Saudita em 2017 - sua primeira viagem ao exterior como presidente -, quando ela era vice-conselheira de estratégias de segurança nacional, participando de reuniões de alto nível, como a realizada com o rei Salman e o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman.

Uma fonte disse que os avanços feitos pelo banco de Nova York na Arábia Saudita são parte de um esforço em equipe que incluiu uma viagem, neste ano, de David Solomon, executivo-chefe do banco, ao reino.

O Goldman Sachs não conseguiu uma participação na oferta pública de ações em 2017, quando a Saudi Aramco nomeou os bancos J.P. Morgan Chase, Morgan Stanley, Moelis, Evercore e HSBC para assessorá-la naquela que poderia vir a ser a maior oferta pública inicial de ações de todos os tempos.

O IPO foi adiado devido à incapacidade de se conseguir o valor de mercado de US\$ 2 trilhões almejado pelo príncipe Mohammed para a gigante estatal de energia, mas os bancos estão agora preparando a promoção da operação.

O lançamento bem-sucedido de um bônus internacional de US\$ 12 bilhões pela Saudi Aramco neste ano renovou a disposição pelo IPO e reforçou o otimismo com a economia saudita, após a condenação internacional que se seguiu ao assassinato do jornalista Jamal Khashoggi.

O Goldman Sachs está conduzindo os trabalhos preparatórios para o lançamento das ações da Saudi Aramco, antes de qualquer processo formal de oferta, segundo várias fontes. O banco está fazendo isso depois de participar como coordenador líder da oferta de bônus da companhia e se envolver em uma emissão soberana.

As autoridades sauditas afirmam que um IPO da Saudi Aramco continua sendo prioridade para o reino. Segundo elas, isso deve ocorrer em 2020 ou 2021, depois de a empresa concluir a aquisição de participação majoritária na companhia química saudita Sabic, pertencente ao fundo soberano de investimentos da Arábia Saudita. O Goldman aconselhou o Public Investment Fund na transação com a Sabic.

Embora o reino tenha solicitado a bancos a apresentação de propostas para IPO -- um indicador importante da decisão de prosseguir com a operação -, algumas autoridades sauditas alertaram, a portas fechadas, para a fraqueza da economia mundial como um fator que poderá levar a novos atrasos.

O J.P.Morgan, com o qual a Saudi Aramco opera há muito tempo, e o Morgan Stanley foram cotados para atuar como coordenadores globais, e mesmo depois do adiamento da IPO eles continuaram trabalhando para a companhia. O HSBC foi nomeado assessor nos componentes locais de quaisquer listagens no mercado de ações.

O banco de investimentos de Ken Moelis, que tem seu nome, continua como gerente do projeto da operação de abertura de capital. O Evercore, que vinha trabalhando com o Moelis, saiu da empreitada depois de uma disputa com executivos da cúpula da Saudi Aramco, segundo três fontes. Outros bancos estão agora lutando para participar da operação. Segundo uma pessoa a par da operação, alguns deles já trabalharam de graça em projetos específicos ou cobraram honorários menores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De Brasília****Título: Demanda de siderúrgicas cresce mais devagar**

As siderúrgicas brasileiras preveem crescimento da demanda no mercado interno em 2020, mas em ritmo menor que o esperado inicialmente, diante da recuperação ainda lenta da economia. O cenário tem dificultado o reajuste de preços.

O presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, disse ontem que o país tem de resolver problemas de competitividade para que possa ter um desempenho econômico melhor nos próximos anos. "O mercado doméstico vai crescer, mas não no ritmo que gostaríamos, por isso as exportações são tão importantes, principalmente para a Gerdau, para mantermos as nossas operações saudáveis no país. Não queremos demitir ninguém e nem fechar unidades", afirmou, durante o Congresso Aço Brasil, em Brasília.

Segundo ele, a Gerdau exporta 30% da produção e precisa manter esse nível até o mercado doméstico voltar a patamares sustentáveis. Mas o custo embutido em cada tonelada exportada faz com que o aço nacional não seja competitivo em relação aos outros exportadores. "Para cada tonelada exportada, temos um resíduo de 7% em tributos e o cliente não quer pagar. Ficamos com essa conta. Por isso, são necessárias medidas de melhoria da competitividade brasileira."

Werneck disse que somente para analisar as regras tributárias do Brasil é necessário manter uma equipe de 122 pessoas. Em uma operação do mesmo tamanho nos Estados Unidos são 18 funcionários. "Do portão para dentro somos muito competitivos, mas quando se olha as complexidades tributária e logística, perdemos para competidores de outros países."

O presidente da Usiminas, Sergio Leite, disse que, com o mercado doméstico ainda deprimido, a usina de laminados do grupo está operando só com 40% da capacidade, acompanhando o comportamento das siderúrgicas brasileiras. Segundo ele, de 2008 a 2014 a companhia investiu R\$ 14 bilhões para elevar a capacidade produtiva de 7,2 milhões de toneladas para 10 milhões de toneladas anuais. No primeiro semestre, a companhia registrou uma produção de 4,2 milhões de toneladas.

"Em produção de aço bruto estamos trabalhando em plena carga, mas em laminados ainda estamos com ociosidade", afirmou. Essa conjuntura, segundo ele, não permite à Usiminas repassar reajustes de preços aos clientes.

"Buscamos manter um prêmio de 5% a 10% em relação ao produto importado. Não temos tido sucesso, o mercado está muito deprimido."

Ele acredita que o PIB brasileiro deverá crescer 2,5% em 2020, mas acrescenta que ainda é pouco para o setor siderúrgico, considerando as perdas dos últimos 10 anos. "Temos uma década perdida", afirmou Leite. "Precisávamos de um desempenho de pelo menos 5% ao ano [em crescimento do PIB]. Mas, acredito que estamos no caminho certo e a economia vai decolar nos próximos 12 meses."

Leite sinalizou que, mesmo com essa retomada, a Usiminas não deve voltar com as operações de Cubatão (SP). Segundo ele, uma decisão sobre essa usina não deve ser tomada antes de 2022. "A retomada das operações é baixíssima antes desse período. Depende da economia."

A Usiminas fechou a usina de Cubatão em 2015 e, com isso deixou de produzir 4 milhões de aço bruto por ano. Hoje, a siderúrgica destina 90% de sua produção total para o mercado interno e, diferentemente da Gerdau, não vê nas exportações uma solução para melhorar a utilização de sua capacidade instalada.

"Dos 10% da produção que exportamos, 40% é para a Argentina. É um mercado muito importante para a Usiminas e, com todos os problemas que estão enfrentando não vejo ser possível melhorar as exportações", disse Leite.

A repórter viajou a convite do Instituto Aço Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minério cai 30% no mês com incertezas sobre China

Depois de superarem US\$ 120 por tonelada em julho, na máxima dos últimos cinco anos, os preços do minério de ferro devolveram boa parte dos ganhos acumulados desde o desastre da Vale em Brumadinho (MG) e se reaproximam de US\$ 80 por tonelada. A estabilização na oferta global da commodity e receios quanto ao vigor da demanda de aço na China, maior consumidora da matéria-prima siderúrgica no mundo, explicam a correção acentuada.

Para os próximos meses, a expectativa é de instabilidade nos preços, refletindo ora os riscos de oferta menor, ora os temores de desaceleração do consumo chinês de minério como reflexo da guerra comercial com os Estados Unidos ou da atuação do governo para combater a poluição no país. Em relatório desta

semana, o Morgan Stanley destacou que a commodity perdeu mais de US\$ 30 por tonelada desde o início do mês e indicou que, para 2020, espera que a cotação fique em US\$ 79 por tonelada.

Ontem, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao, na China, recuou US\$ 5,56, ou 6,3%, para US\$ 82,38 a tonelada, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". É o preço mais baixo no mercado transoceânico desde 29 de janeiro, dias depois do acidente em Brumadinho, quando a cotação estava em US\$ 78,69 por tonelada - antes do rompimento da barragem, em 25 de janeiro, o preço vinha oscilando em torno de US\$ 75 por tonelada.

Com o desempenho de ontem, a commodity acumula baixa de 29,7% no mês. O ganho acumulado no ano foi reduzido de mais de 60% no início de julho para 13,3%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, a expectativa de normalização entre oferta e demanda de minério também pesou e os contratos mais líquidos com vencimento em janeiro perderam 19,50 yuans, para 589,50 yuans, rompendo, portanto, a barreira técnica dos 600 yuans por tonelada.

De acordo com a Fastmarkets, enquanto os estoques de minério subiram nos portos chineses nos últimos dias, a demanda pela matéria-prima siderúrgica está recuando diante de novas restrições ambientais impostas pelo governo a siderúrgicas locais.

Autoridades na cidade de Wu'an, no norte da China, de acordo com a consultoria, determinaram que quatro usinas locais suspendam a produção em altos-fornos até o fim do mês, a partir de amanhã, permitindo a operação de apenas um alto-forno por siderúrgica.

Ao mesmo tempo, a BHP afirmou esperar que a oferta de minério de ferro se normalize completamente em um a três anos, o que segundo analistas deve resultar em mercado sobreofertado. Conforme agências internacionais, a mineradora australiana também indicou que o preço médio de referência da commodity em 2020 deve ser menor do que o visto neste ano, embora ainda acima de seu custo de produção.

No fim de julho, o banco suíço Julius Baer já alertava para o risco de desvalorização do minério, o que levou à revisão da recomendação de "neutra" para "cautelosa". "No longo prazo, a transição da China do crescimento impulsionado pelo investimento para o consumo se tornará um obstáculo ao consumo de aço e a maior oferta de sucata reduzirá a dependência das

siderúrgicas do minério de ferro", escreveu o chefe de pesquisa da instituição, Carsten Menke.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe | De São Paulo

Título: Nova CPMF elevaria carga da agropecuária e da indústria

A criação de uma Contribuição sobre Pagamentos (CP) em substituição total à atual contribuição previdenciária patronal sobre folha deve elevar a carga tributária para a agropecuária, indústria extrativa e de transformação e também para o setor de eletricidade, gás, água e esgoto. Já atividades como construção, comércio e transporte e armazenagem devem ter redução. Para garantir neutralidade do ponto de vista da arrecadação, a alíquota média global da CP deve ser de 2,8%, sendo 1,4% no débito e 1,4% no crédito.

Os cálculos são dos economistas José Roberto Afonso, Kleber Pacheco de Castro, Bernardo Motta Monteiro e Thiago Felipe Ramos Abreu, no artigo "Reforma tributária: quando o velho se traveste de novo". Como a alíquota para a CP teria que ser única, explica Castro, alguns setores que hoje alcançariam a neutralidade com alíquota menor que 2,8% devem ter elevação de carga.

No setor agropecuário, por exemplo, a neutralidade, segundo os cálculos dos economistas, seria alcançada com uma alíquota de CP bem menor. A criação do tributo a 2,8%, portanto, traria aumento de 95,6% de carga tributária ao setor em relação à atual contribuição previdenciária. Na indústria extrativa, a elevação seria de 29,9% e na de transformação, 70,2%.

Para outros segmentos o efeito seria inverso. No comércio, haveria redução de carga tributária de 38,3%. Na construção, de 13,3%. No transporte e armazenagem, a carga cairia 19,6%.

O resultado, dizem os economistas, é consistente com a ideia de que, quanto mais os salários pesarem na movimentação financeira de uma atividade, mais ela ganhará com a troca de base - da folha salarial para a movimentação financeira.

Para simular a base de incidência da CP, explica Castro, foram somados o valor de produção, consumo intermediário e salários das empresas financeiras e não

financeiras de cada setor. Os dados foram retirados da Tabela de Recursos e Uso (TRU) das Contas Nacionais de 2016, a mais recente. Essa, explica o economista, seria a "proxy" da movimentação financeira. Sobre essa base foi calculado o peso das contribuições sociais recolhidas e informadas também nas Contas Nacionais.

Os economistas destacam que a instituição de uma tributação sobre pagamentos traria aumento de tributos para a indústria, que já tem alta carga tributária quando se leva em consideração a contribuição relativa de cada setor.

A criação da CP como um dos pilares que deve constar da proposta de reforma tributária do governo federal voltou a ser defendida na tarde de ontem pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, em debate sobre reforma tributária realizado em São Paulo. Durante a manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro rejeitou novamente a possibilidade de seu governo patrocinar a volta de um imposto sobre movimentação financeira. "Quem entrar nessa de imposto sobre cheque está pedindo para ser derrotado por antecedência. Entra em campo perdendo por três a zero", afirmou o presidente, ao deixar o Palácio da Alvorada.

Cintra defende a eliminação da atual contribuição previdenciária sobre folha, mas disse ontem que a implantação da CP pode ser feita gradualmente, com alíquotas mais baixas. "Todo remédio é amargo, vamos tomar uma colherinha pequena", diz. Segundo ele, isso permitirá verificar "o que está passando na economia e a partir daí ir calibrando e implementando".

Na terça à noite, em palestra no evento "Valor 1000", promovido pelo **Valor**, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou intenção da equipe econômica de criar uma contribuição sobre movimentação financeira. "Pequeninho, [o tributo] não machuca", declarou. "Eu preferia não ter de recorrer a isso, mas eu acho oneração de folha de pagamento um crime contra os brasileiros", disse.

Segundo integrantes da equipe econômica do governo federal, começam a ganhar destaque opções de desoneração parcial da folha, o que implicaria uma alíquota menor da CP, entre 0,2% e 0,3%. Estudos anteriores apontavam para alíquotas entre 0,5% e 0,6%. A CPMF, que vigorou de 1993 a 2007, teve alíquota máxima de 0,38%.

Segundo Cintra, a nova CP terá várias diferenças em relação à antiga CPMF. A CP, diz ele, substituirá uma tributação nociva - a atual contribuição previdenciária sobre folha - e tornará o sistema mais justo. A CPMF, ao

contrário, diz o secretário, trouxe aumento de carga tributária porque não veio em substituição a outra cobrança.

Outra diferença, argumenta Cintra, é de que a CP não deve incidir sobre transações no mercado de capitais. Também não houve precauções, em relação à CPMF, compara o secretário, contra eventual desintermediação que alegadamente pode acontecer com a CP. "Estamos propondo que toda e qualquer saque de numerário seja tributado com alíquota mais elevada para desestimular a remonetização da economia".

O governo federal ainda não apresentou formalmente a proposta de reforma tributária que, segundo Cintra, devem incluir também mudanças no Imposto de Renda e a criação do IVA federal como resultado da junção de tributos da União, como PIS e Cofins. Para o secretário, a desoneração da folha é importante para ter apoio à reforma de alguns setores, como o de serviços, o que tornaria viável a aprovação do IVA federal.

Em nota técnica, o Sescon/SP, que reúne empresas de serviços contábeis, diz que a adoção do IVA em âmbito nacional proposto na PEC 45, em tramitação na Câmara dos Deputados, elevaria em 8,7 pontos percentuais a carga atual do setor. Segundo a nota, para o setor de serviços, a reforma não seria viável sem o debate da desoneração de folha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Conceição | De São Paulo Ana

Título: Economistas veem leve alta do IPCA-15 neste mês

A prévia da inflação deve registrar alta maior em agosto que em julho, influenciada pelas contas de luz. Com o acionamento da bandeira vermelha 1 neste mês, os consumidores pagam R\$ 4 a mais a cada 100 kwh consumidos. De resto, a cesta de produtos e serviços que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) deve continuar com variações comportadas de preços.

A alta recente do dólar não tem alterado essa dinâmica, e a expectativa é que a grande ociosidade da economia e do mercado de trabalho mitigue repasses para os índices.

Mediana das projeções de consultorias e instituições financeiras coletadas pelo Valor Data aponta para alta de 0,16% no IPCA-15 em agosto, após avanço de

0,09% em julho. Em 12 meses, o índice deve registrar ligeira aceleração para 3,31%, de 3,27%. O acumulado segue bem abaixo da meta para o ano determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,25%.

"Tirando a energia elétrica, o resto está muito tranquilo", diz Flavio Serrano, economista-chefe do banco Haitong. Na contramão da conta de luz ele destaca os preços dos combustíveis, que acompanham a retração das cotações internacionais do petróleo, a despeito da alta do dólar. No grupo alimentação e bebidas, a queda das hortaliças e legumes também vai ajudar a manter a inflação em níveis comportados.

O Haitong prevê queda de 1,8% nos combustíveis, responsável por retirar 0,10 ponto percentual do IPCA-15 de agosto. Em julho esse grupo já tinha caído 3%. O grupo transportes ainda terá o impacto negativo da queda estimada de 13% na passagens aéreas, afirma Serrano. O grupo alimentação e bebidas deve ter taxa próxima a zero, enquanto a alimentação no domicílio deve recuar 0,15%, com legumes e hortaliças mais baratos. O Haitong estima alta de 0,13% no IPCA-15.

O banco Santander, além da conta de luz, destaca o reajuste de tarifas de ônibus intermunicipais, entre eles os da região metropolitana de São Paulo. Vestuário, que ajudou na desaceleração do índice nos últimos meses, deve voltar a subir por causa do fim das principais promoções de inverno. A instituição estima alta de 0,20% para o IPCA-15.

O Bradesco espera uma taxa ainda menor: 0,11%. Além do dado "cheio", os núcleos continuarão a reforçar o cenário benigno da inflação. A instituição avalia que, mesmo com a recente depreciação do real, o ambiente é desinflacionário. "A perspectiva de enfraquecimento global tem reduzido os preços das principais commodities, atenuando o efeito da depreciação cambial sobre a inflação brasileira", escrevem economistas do banco em relatório.

A Mapfre Investimentos avalia que a evolução do índice de difusão, um indicador de tendência que mensura a quantidade de itens com variação positiva no preço, mostra um IPCA-15 confortável ao longo dos últimos meses, o que deve se repetir em agosto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Amanda Pupo André Borges / BRASÍLIA

Título: Governo inclui nove estatais no PPI

Entre as empresas estão Correios e Telebrás; por "falha de comunicação" na terça-feira, Guedes indicou que seriam 17 novos ativos à venda

O governo incluiu ontem nove estatais no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), entre elas os Correios e a Telebrás. O PPI é o órgão responsável pelas privatizações e liquidações de empresas públicas federais.

A expectativa era que fossem apresentadas 17 companhias, como havia sinalizado o ministro da Economia, Paulo Guedes, na noite anterior. O número foi considerado uma "falha de comunicação", pois, na verdade, seriam "17 ativos à venda no pipeline do PPI", entre novos e antigos projetos, disse o secretário especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar. O cronograma de desestatizações, no entanto, não tem prazo para ser colocado em prática.

Mattar reconheceu que a privatização dos Correios deve levar "muito tempo". A empresa tem monopólio do serviço postal e do correio aéreo nacional (serviço postal militar) assegurado pela Constituição. Por isso, sua privatização precisa, necessariamente, passar pelo Congresso, com a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), com três quintos dos parlamentares, em dois turnos de votação na Câmara e no Senado. Além disso, o Supremo Tribunal Federal referendou que empresas criadas por lei precisam de outra lei para serem privatizadas.

Dentro do governo há quem defenda que os Correios sejam desidratados, por meio da criação de parcerias com a iniciativa privada, formando joint ventures em que a estatal seria minoritária. Esse modelo é mais fácil de ser tocado e não requer a aprovação de uma PEC. A secretária especial do PPI, Martha Seillier, disse que a modelagem dos Correios ainda não está pronta. "Estamos avaliando formatos para atrair investimentos privados para a companhia", disse. "Os Correios têm hoje uma capacidade de investimento muito baixa."

Lista. Entre as estatais incluídas no PPI ontem estão ABGF, Emgea, Serpro, Dataprev, Ceagesp, Codesp, Ceitec, além de Telebrás e Correios (ver ao lado). Para chegar ao número de 17, Mattar citou a Lotex, que já passou por duas tentativas frustradas de leilão; a venda de 20 milhões ações do Banco do Brasil detidas pela União, operação que deve somar R\$ 1 bilhão; e seis estatais que já estavam no PPI: CBTU, Trensurb, Casa da Moeda, Ceasa Minas, Codesa e Porto de São Sebastião.

A Lotex, no entanto, não pode ser caracterizada como estatal, pois hoje é uma atividade da Caixa Loterias, e não uma subsidiária. Martha mencionou ainda Eletrobrás, que já estava no PPI, mas também precisa de um projeto de lei para

ser privatizada. Somando as novas ações e as antigas, o total de projetos chegaria a 18.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ressaltou que o modelo para cada empresa será definido ao longo dos estudos. De posse desses estudos, as propostas serão submetidas ao Conselho do PPI, colegiado formado pelos ministros. "Um ativo vai passar pelo conselho de duas a três vezes até ser vendido. Quando se pensa em desestatização, há todo um processo e ele tem várias etapas. "Não é simples."

No pacote foram mencionadas futuras concessões de parques nacionais: Lençóis Maranhenses (MA) e Jericoacoara (CE). Também foi mencionado incluir no plano creches e presídios, mas sem detalhar quais seriam os projetos. Bolsonaro também decidiu incluir duas hidrelétricas na Região Amazônica, depois de seis anos sem leilões nessa região. Na lista estão as hidrelétricas Bem Querer, em Roraima, e Tabajara, em Rondônia. Essas usinas são ambições antigas do setor elétrico. Não foram para frente, porém, por causa dos fortes impactos ambientais e questionamentos ligados a terras indígenas.

Petrobrás. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o governo ainda não decidiu pôr a Petrobrás na carteira do PPI. Ele afirmou que o governo ainda fará estudos para definir o futuro da estatal. Esses estudos serão realizados pelo próprio PPI, além de BNDES e **Ministério de Minas e Energia**. Segundo Onyx, isso será feito de forma criteriosa. "Temos muito a fazer antes de poder trazer todas as áreas (da Petrobras) em processos de privatização", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: 'Programa é tímido e sem impacto fiscal relevante'

Elena Landau, economista

Para a economista, lista de companhias deveria incluir Banco do Brasil, Caixa, Petrobrás e BNDESPar

A economista Elena Landau, que comandou o programa de privatização do governo de Fernando Henrique Cardoso, considerou o programa de Jair Bolsonaro tímido diante das promessas feitas na campanha eleitoral. "Para quem prometeu R\$ 1 trilhão com venda de empresas, esse programa é frustrante." Para ela, o plano de Itamar Franco era mais profundo que o do Bolsonaro. "Nem Valec nem EBC foram incluídos como prometido. Isso é inexplicável."

Como a sra. avaliou a lista de empresas apresentadas?

Foi bastante frustrante. Levaram oito meses para anunciar uma lista óbvia, sem nenhuma novidade.

O que a sra. esperava?

Não esperava muita coisa, mas havia uma promessa de campanha de que iriam arrecadar R\$ 1 trilhão com a venda de empresas federais. Aí eles aparecem com essa lista. É frustrante. Tem a Eletrobrás, Lotex e Casa da Moeda, que já vêm do governo (Michel) Temer, e Correios, que é uma boa novidade. Companhia Docas (Espírito Santo e São Paulo) podem gerar algum recurso. Mas não vejo impacto fiscal relevante. O processo da Eletrobrás deve ser capitalização, portanto, o dinheiro vai para o caixa da empresa, não para o Tesouro diretamente. Não é uma reforma de Estado profunda. Na verdade, incluíram empresas que não têm o menor sentido de existir e deixaram de fora várias companhias, muitas ligadas aos militares. Eles prometeram fazer uma reforma de Estado e não fizeram.

Quais empresas deveriam estar nessa lista?

Petrobrás, Caixa, Banco do Brasil (BB) e BNDESPar. O boletim da Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) mostra 130 empresas estatais. Dessas, se pegar BB, Caixa, Eletrobrás, Petrobrás, BNDESPar e Correios já dá 80 e poucas, todas de controle indireto. Esse governo considera venda de participação como privatização. Mas só que os recursos vão para o caixa das empresas. Para chegar ao Tesouro teria de vender controle das holdings ou fazer cisão das subsidiárias, eles não fizeram isso.

Não é privatização?

Eles estão fazendo uma política de desinvestimento. Há outras 18 empresas dependentes do Tesouro e 20 e poucas de controle direto – nessas algumas não serão privatizadas porque são ligadas aos militares, ou de interesse público como Embrapa e hospitais. Ou seja, é um programa muito tímido. Não tem o impacto fiscal prometido, que era reduzir dívida ou financiar a Previdência. É muito pouco diante da promessa de que fariam algo inédito no Brasil. É mais tímido que o programa de Itamar Franco, que privatizou o setor petroquímico, de siderurgia, de fertilizantes, ou FHC que anunciou Telebrás, Eletrobrás e a Vale de uma vez. O mínimo que se esperaria de um governo que se diz liberal seria privatizar Petrobrás, BB, Eletrobrás e Caixa e acabar com BNDESPar, Finame, que ficam embaixo do BNDES. Foi prometido.

As mais relevantes são Eletrobrás e Correios?

Sim. Têm as Docas do Espírito Santo e de São Paulo que podem dar dinheiro. Agora o que está sendo noticiado hoje é só para colocar no programa de privatização. Então não tem de se pensar que as empresas serão vendidas em 2019 ou em 2020. Tudo vai depender da modelagem porque algumas empresas têm um passivo imenso. No ano passado, o governo tentou vender a

Lotex e teve dificuldade. A Casa da Moeda foi igual. Essas empresas que estão aí, tirando a Eletrobrás, não precisam de autorização do Congresso, basta um decreto. Não precisava oito meses para chegar nessa lista. Se você pergunta se é ruim? Não. O governo gasta com a Telebrás R\$ 2 bilhões por ano.

E há interesse de investidores por essas empresas?

Em relação à Eletrobrás, tem. O governo deve seguir o modelo da BR Distribuidora, de capitalização. É uma opção do governo de, em vez de vender o controle, fazer capitalização. Poderia vender controle e o dinheiro ia direto para o Tesouro. Na capitalização, o dinheiro vai para o caixa. No caso dos Correios, tem a questão de serviços que podem ou não ser privatizados, como a questão do monopólio postal. Vai ter resistência. Mas tem gente interessada. Vai ser uma modelagem interessante porque tem um passivo grande. Outras empresas da lista ninguém vai querer. Mas as empresas dependentes absorvem uns R\$ 15 bilhões por ano do Estado. Se conseguir parar de perder parte desse dinheiro já está bom. Espero que essa lista seja só o começo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Privatização, resposta à incapacidade de investir

O governo anunciou nesta quarta-feira o início do processo de privatização de 17 empresas estatais. Na lista, a Eletrobrás é a única estrela de primeira grandeza da galáxia federal, que conta com pelo menos 132 companhias em que a União tem participação direta ou indireta. Mas esse é passo importante porque indica a percepção da sociedade – e não só do governo – de que não pode mais conviver com tanta sucata ou quase sucata.

É preciso deixar de lado xingamentos de botequim, como os que certos agrupamentos tacham autoridades do País de prática de "privataria" quando tratam de desestatização.

Há a questão puramente ideológica. E não se trata aqui da propriedade do capital em sistemas centralizados ou socialistas de produção. Mesmo nos regimes capitalistas, as esquerdas tradicionais entendem que empresas consideradas estratégicas devam ser de propriedade coletiva, que é para garantir que os maiores objetivos da sociedade não sejam prejudicados pelo interesse privado, que sempre dá prioridade à obtenção de lucro.

Esse ponto de vista já é por si só discutível, por duas razões. Primeira, porque questões estratégicas – e nisso se incluem também empresas – têm mais a ver

com segurança nacional ou objetivos altamente sensíveis, como produção de armamentos. Não dá para sustentar que refinarias, estradas de ferro ou empresas de processamento de dados devam ser consideradas estratégicas e não possam ser privatizadas. E, segunda razão, em países onde questões estratégicas são mais importantes do que no Brasil, empresas estatais são exceção. Nos Estados Unidos e na Alemanha, por exemplo, bancos, empresas de petróleo, de energia elétrica e até de armamentos são de capital privado, sem que, por isso, questões estratégicas nacionais estejam sob risco.

Outro critério para definir se determinadas empresas devam ser estatais ou privadas é o da eficiência operacional. Pode-se decidir que devem ser de capital privado as empresas em que a administração privada tende a ser mais eficiente do que a pública. Sob esse ponto de vista, devem ser privatizadas empresas estatais deficitárias, que se tornaram cabides de emprego ou meros territórios de domínio destinados a garantir influência política ou patrimonialista para apaniguados do chefe da hora.

Há quem defenda a privatização apenas porque é preciso recursos para pagar despesas correntes. É o caso de quem vende a prataria da casa e as joias da vovó para dar uma festa. Este é, quase sempre, um motivo perverso para privatizar. Acabada a festa, não há nem as joias para enfrentar dias difíceis.

A principal razão por que no Brasil é preciso avançar mais fundo na privatização tem a ver com a situação do Tesouro. As finanças públicas estão exauridas e tão cedo não haverá recursos para o necessário investimento das empresas estatais, e não só para despesas correntes. Sem investimentos, essas empresas definharão e não conseguirão competitividade nem para conquistar nem para manter seu mercado. Se o sistema de telefonia não tivesse sido privatizado em 1998, até hoje o Brasil teria de conviver com uma rede sucateada de comunicações e não teria conseguido dar os saltos de agora para a era da telefonia celular, que avança para o 5G.

» Os solavancos do câmbio As turbulências que sacudiram tanto os mercados externos como o interno nas últimas semanas produziram avanço nas cotações do dólar em reais. Apenas em agosto (até esta quarta-feira), a alta foi de 5,70%. O que pode reverter essa alta é a disposição do Banco Central de vender dólares das reservas, no total diário de US\$ 550 milhões. Essa operação começou nesta quinta-feira. O que se viu é que não foram vendidos nem 36% desse total. É o que parece sugerir que já começou a queda das cotações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães****Título: Lucro de empresas na lista de privatização caiu 50%**

Coluna do Broadcast

As demonstrações financeiras das empresas que entraram para a lista de privatizações do governo de Jair Bolsonaro evidenciam o desafio que a equipe econômica terá para desovar esses ativos na iniciativa privada. Com um terço das companhias no vermelho, o lucro líquido consolidado de 14 delas encolheu 50% no ano passado, para pouco mais de R\$ 300 milhões, contra cerca de R\$ 602 milhões em 2017. Nessa lista, ficaram de fora a EBC, de comunicações, a Lotex e a Codesp, que não tiveram seus demonstrativos publicados. No todo, o pacote de privatizações não surpreendeu os bancos de investimentos, especializados em transações de fusões e aquisições. Com apenas nove novos nomes, o maior interesse segue na Eletrobrás.

» Outras opções. Na opinião de executivos de bancos, os Correios, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) também têm potencial para atrair investidores na privatização. Por outro lado, sobram "micos". A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), por exemplo, tem patrimônio líquido negativo.

» Modelo. Para algumas dessas operações, com saída do governo do controle, são esperadas ofertas de ações em bolsa de valores, modelo que já está sendo desenhado no caso da Eletrobrás. O movimento do governo de Goiás, que já contratou bancos para a venda da empresa de saneamento de Goiás, a Saneago, por meio de uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), deve ser analisado com atenção e tem potencial para atrair a chegada de outras empresas estatais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Vinicius Torres Freire****Título: A privatização da Petrobras**

Ideia volta a circular no governo, mas não há plano realista nenhum sobre o assunto

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A ideia de privatizar a Petrobras de fato voltou a circular no ministério da Economia. A hipótese de venda da mãe de todas as estatais foi revelada no meio da tarde desta quarta-feira, pelo jornal Valor. Não quer dizer que exista um rabisco de plano para a privatização, mas há fogo debaixo dessa fumaça.

Oficialmente, o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), disse no final da tarde desta quarta-feira que técnicos do governo vão começar estudos sobre a viabilidade da privatização.

Esse plano havia sido dado como morto entre a eleição e os primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro, dada a oposição do próprio presidente e de "gente do Planalto". Próximos do presidente alertavam, no mínimo, para o tamanho do problema político da venda da petroleira, um tumulto grande quando a prioridade seria a aprovação de outras reformas.

"Gente do Planalto" da Economia e também da Infraestrutura teria voltado a ouvir do ministro Paulo Guedes, mas não apenas dele, que seria possível "voltar a sonhar" desculpem a citação cafona, com a privatização de "tudo, Petrobras e Banco do Brasil inclusive". Qual o motivo da animação?

Em primeiro lugar, Bolsonaro não teria mais tanta resistência à ideia. "Alguns militares" adversários da privatização teriam perdido poder. A passagem da reforma da Previdência, o encaminhamento de outras (como a MP da "liberdade econômica") e pesquisas de opinião seriam um indício forte de que a resistência da sociedade ao programa liberal é cada vez menor, se alguma.

Quanto aos problemas de privatizar uma empresa na prática monopolista, as soluções estariam sendo encaminhadas.

Segundo o argumento, o monopólio da Petrobras no refino de petróleo vai acabar, assim como o domínio da estatal no setor de gás e a presença forte na revenda e transporte de combustíveis. A reabertura do mercado de petróleo e gás e a segurança de investidores faria com que o peso relativo da Petrobras na produção de petróleo "tenda a diminuir".

Note-se que a Petrobras produz mais de 93% do petróleo brasileiro, segundo o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo. Embora Guedes queira acelerar o processo, a venda das refinarias da Petrobras vai até 2021, embora a empresa já se desfaça de suas empresas de transporte de gás.

Até aqui, trata-se de teses e hipóteses muito simplórias. Caso chegue ao cabo um estudo de privatização e, ainda muito mais enrolado, da necessária nova regulação do setor, o governo terá de mexer em pelo menos duas leis para vender a empresa. Dado o rolo no Supremo até para a venda de subsidiárias de estatais, é possível que a privatização enrosque em algum argumento constitucional.

Ainda não é o mais importante. O que significa privatizar a Petrobras? Vender ações até que o governo perca o controle da empresa ou mais do que isso? O governo mal começou a elaborar estudos para a venda complexas como a dos Correios (no entanto, caso muitíssimo mais simples do que o da Petrobras). Não tem nenhum estudo para vender as empresas de processamento de dados, como anunciou, e regular esse mercado sensível. Não conseguiu nem ao menos colocar na praça, por obra sua, uma grande concessão de transporte, que é venda de pãozinho, comparada a privatização da petroleira.

Por enquanto, tudo soa como um daqueles planos do governo de arrumar "trilhões" de reais com essa ou aquela fantasia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack Danielle Brant Talita Fernandes

Título: Governo inclui 9 estatais em programa de privatização

Também devem ser repassados à iniciativa privada parques e presídios

Brasília- O governo ampliou nesta quarta-feira (21) o escopo de projetos que deseja conceder à iniciativa privada ao incluir presídios, escolas, creches e parques nacionais no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), a fim de reduzir os desembolsos da União com despesas.

Foram incluídas nove estatais no programa: Telebras, Correios, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos.

Outras seis já haviam sido qualificadas: Eletrobras, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo) e Casa da Moeda.

A Lotex, responsável pelas raspadinhas, também será concedida, assim como a venda de participação da União no Banco do Brasil que supere o controle acionário. A intenção é vender até 20,785 milhões de papéis do banco sem prejuízo à posição de controlador, segundo o governo.

Pela cotação de fechamento desta quarta, a operação traria cerca de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

A venda de ações do BB é a única operação que, na prática, poderá ocorrer neste ano, por depender só da União para se concretizar. Todos os demais projetos estão na fase de estudos de viabilidade e o processo só deve ser concluído no próximo ano, contrariando o ministro Paulo Guedes (Economia), que, na terça (20), afirmou que haveria 17 empresas à venda neste ano.

Na lista, obtida pela Folha, constava a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que ficou de fora do PPI. Durante a campanha, o presidente Jair Bolsonaro havia prometido se desfazer da companhia. Agora, recuou e manteve a EBC sob a tutela do governo.

Essa foi a primeira reunião sob o comando do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) em que projetos sociais foram incluídos no programa, como forma de imprimir sua digital no PPI. Foram aprovadas diretrizes de investimento em educação, saúde e segurança.

Segundo Onyx, o BNDES e o PPI farão estudos para definir a forma de financiamento desses projetos. A prioridade serão creches e escolas do

PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que não saíram do papel.

Como os projetos envolvem estados e municípios, haverá uma parceria público-privada para garantir a prestação do serviço após a conclusão do projeto. No caso das creches, a prestação do serviço é de competência dos municípios. A ideia é instituir uma espécie de vale-creche, em que os recursos da União seriam transferidos à iniciativa privada, que assumirá a contratação de professores e a gestão.

Essa política pretende retirar apressão do caixa da União. Já foram congelados mais de R\$ 30 bilhões em despesas no governo Bolsonaro. A taxa de investimento público atingiu o menor nível em 52 anos.

Nesse contexto se insere também a concessão da gestão e manutenção e parques nacionais. Os primeiros incluídos foram Lençóis Maranhenses (MA), Jericoacoara (CE) e Iguaçu (PR).

A venda, porém, está muito longe de ser concretizada, segundo técnicos do governo. O próprio ministro Onyx afirmou que ainda não está claro o que exatamente de cada estatal será colocado à venda.

Embora a Casa da Moeda tenha entrado na lista ainda na gestão de Michel Temer, os estudos de viabilidade não chegaram a uma fórmula para atrair investidores.

Boa parte dessas estatais é deficitária e não oferece atrativos. No caso dos Correios, a receita com a entrega de correspondências está em decadência. O negócio da companhia é a entrega de mercadorias, que o governo ainda não tem certeza se deve vender porque é lucrativo.

A Telebras, que também acumula prejuízo, ganhou fôlego com o lançamento de um satélite cuja capacidade é dividida com o Ministério da Defesa. Dificilmente esse ativo seria privatizado porque o governo conta com ele para levar adiante um programa de internet em locais de difícil acesso.

Por isso, os técnicos envolvidos na preparação dos editais acreditam ser "muito difícil" vender essas estatais em 2019.

Conhecida como raspadinha, a Lotex tenta ser vendida desde 2018. Primeiro, o governo esperava vender esse monopólio (só a União pode explorar loterias) por R\$ 1,4 bilhão. Depois de aprofundar os estudos, a equipe econômica percebeu que não haveria interessados, reformulou as regras, baixou a previsão de receita para cerca de R\$ 600 milhões e, mesmo assim, não apareceu interessado no leilão. Agora, de novo, o PPI tenta dar uma solução.

A Eletrobras, assim como os Correios, depende de aval do Congresso, segundo entendimento do governo. Isso porque o Supremo já se pronunciou dizendo que a venda de conglomerados estatais criados por lei precisa ter aprovação do Legislativo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: Atratividade não é garantida, dizem especialistas

São Paulo- As joias da coroa da lista de estatais a serem privatizadas pelo governo são Eletrobras e Correios, segundo advogados e consultores ouvidos pela reportagem.

Segundo eles, porém, nenhum dos processos de desestatização deverá ser concluído antes de 2021.

"São ativos bons, mas a atratividade depende do que será incluído no edital. Há estatais que têm passivos grandes. No cenário mais otimista, levaria 18 meses o processo de venda", diz Mauro Penteado, do escritório Machado Meyer.

Planos de demissão voluntária e redução de salários elevados podem ajudar a aumentar a atratividade, segundo Renato Sucupira, da BF Capital.

Além disso, a maioria das empresas da lista é formada por empresas-matrizes, que demandam aprovação legislativa para serem vendidas, segundo Claudia Boneli, do Tozzini Freire. "Nesses casos, como o do porto de Santos, não é possível fazer a alienação como foi com a BR Distribuidora [via oferta de ações]."

Companhias como a CBTU, que opera no vermelho, podem se tornar viáveis, segundo Armando Castelar, da FGV, "se a privatização incluir imóveis em que possa haver exploração comercial, como foi feito no Japão".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Zanini

Título: Brasil deveria doar suas estatais para acelerar o ritmo da privatização

Entrevista : Christopher Lingle

Professor americano liberal defende que bens públicos devem ser sorteados e critica política de juros baixos dos bancos centrais

São Paulo- O Brasil precisa rapidamente se desfazer de seu patrimônio público para crescer, e vender estatais como ocorre hoje não basta.

Muito melhor seria doá-las ao público, com base em um sorteio. Algo como uma loteria da privatização.

A sugestão é do americano Christopher Lingle, 70, professor de economia conhecido em círculos liberais por sua crítica ácida à regulação de mercado.

Presidentes de bancos centrais são um alvo preferencial dele, que os acusa de terem criado uma monstruosa bolha de débito estimada em US\$ 15 trilhões prestes a estourar, com consequências catastróficas. "Se eu tiver sorte, estarei morto antes que isso ocorra", diz.

Lingle é especialista em mercados asiáticos e ficou conhecido em 1997 ao escrever "A Ascensão e Declínio do Século Asiático", em que alertava para os riscos do modelo de economias do continente baseadas em exportação. Meses depois, com o início da crise asiática, suas palavras foram consideradas proféticas.

Também é um crítico dos sistemas que misturam liberalismo econômico e autoritarismo político. Em 1991, teve de sair às pressas de Singapura, onde morava, por criticar o modelo vigente no país.

Doutor em Economia pela Universidade da Geórgia (EUA) e colaborador de diversas entidades e institutos liberais na Ásia e América Latina, ele veio ao Brasil a convite do Centro de Liberdade Econômica da Universidade Mackenzie.

Como está a economia global e quais os riscos de entrarmos em recessão em breve?

A economia global está na situação mais perigosa da história, sobretudo por causa de políticas monetárias ruins, que criaram excesso de liquidez e crédito artificialmente barato. Isso encorajou a criação de uma bolha global de dívida. No momento, há mais de US\$ 15 trilhões de títulos públicos que estão pagando juros negativos.

Isso é assustador. Vai contra alógica, vai contra a natureza humana, vai contra qualquer entendimento sensato da economia. Mas os presidentes de Bancos Centrais fingem que vivem em outro mundo. Não veem os perigos, os problemas, apenas os sinais temporários e artificiais de atividade econômica. Tudo isso vai se desfazer em algum momento. Se eu tiver sorte, estarei morto antes que ocorra.

Quando e como isso pode ocorrer?

Prever o timing é virtualmente impossível. Minha expectativa é que talvez em dez anos as pessoas olhem para trás e digam: é surpreendente que algo tão pequeno tenha sido o gatilho. Pode ser o problema em Hong Kong, que detone uma saída maciça de capital, com pessoas tentando se desfazer de ativos financeiros, gerando pânico. Isso pode acontecer amanhã, ou nos próximos anos.

O que pode ser feito para evitar esse cenário?

O problema está dentro do atual modelo. É inevitável. As políticas monetárias não convencionais começaram nos anos 1990 no Banco do Japão, com baixas taxas de juros e débito em excesso. A dívida pública japonesa hoje é gigantesca.

Qual o impacto da guerra comercial entre China e EUA para a economia global?

Comparada à bolha da dívida, a guerra comercial é uma distração. Pode ser parte do gatilho para o colapso dos mercados financeiros e o enfraquecimento das economias. Mas por si só, não será a causa. [Donald] Trump pode estar pensando que pode fazer com a China o que [Ronald] Reagan fez com a União Soviética, forçá-la a uma situação em que a lógica interna do sistema leva ao colapso.

O sr. escreveu um livro pouco antes da crise asiática alertando para os riscos daquele modelo. Vê algum paralelo com a situação de agora?

A fonte das grandes crises é o mau comportamento de Bancos Centrais, a ideia do crescimento gerado por exportações, acompanhado por má política monetária. Isso produz liquidez para expandir a capacidade de exportação baseada em pedaços de papel, em vez de realidade econômica.

Em toda economia, o setor mais importante é o doméstico, onde a maioria das pessoas está empregada e ganha seu sustento. Se você privilegiar o setor exportador, leva a desequilíbrios que não são sustentáveis no longo prazo.

Bancos centrais deveriam aumentar os juros? Isso não tornaria ainda mais difícil o crescimento econômico?

O crescimento que estamos vendo não é sustentado pela realidade econômica. Quando o juro está quase zero, qualquer plano de negócios faz sentido, inclusive os que não têm base nos fundamentos da economia. Quando os juros sobem, eles vão à falência. É doloroso, mas move a economia de volta para um modelo sustentável de longo prazo.

O sr. teve de deixar Singapura por um artigo que escreveu crítico ao modelo de capitalismo autoritário. Mas é um modelo que favorece investimentos e o crescimento.

Sim, e só pode funcionar em condições muito específicas, numa cidade-estado com população homogênea. Caso contrário, inevitavelmente entrará em conflito com a habilidade de entregar liberdade econômica. Em Singapura, você pode conseguir uma decisão judicial contra o governo ou uma empresa. Mas quando se refere a temas cívicos e políticos, melhor não ir lá, porque o respeito à lei é jogado pela janela. Se você for contra os interesses do partido, estará arruinado.

Há alguma comparação com o Brasil, que tem uma equipe econômica liberal e um presidente com traços autoritários?

Ainda acho que a parte liberal desta equação no Brasil é um desejo. No fim das contas, o que determina os poderes do Executivo são os instintos do líder. No caso de Trump e Bolsonaro, eles têm instintos não liberais. Veem a solução como mais poder político. Diferente de Reagan, que acreditava que o mundo seria melhor se houvesse menos poder político.

Como o sr. vê esse início de governo Bolsonaro?

Muitos de meus amigos brasileiros o apoiam. Quero ser otimista. Mas otimismo sobre líderes políticos é algo perigoso.

O sr. defende que melhor do que privatizar empresas seria doá-las. Poderia explicar melhor?

Privatização faz sentido porque ativa capital morto. O problema com o Estado tentar vender ativos públicos é que está sempre esperando os melhores preços, porque acredita que o aspecto importante é receita. Mas na verdade o benefício da privatização é a transferência de propriedade pública para o setor privado. O jeito mais rápido de fazer isso, e melhor, é doar.

Como isso ocorreria na prática?

Poderia ser feito por meio de uma loteria. Faz um sorteio na TV, e alguém fica com o palácio presidencial, por exemplo.

Não seria errado dar patrimônio público assim de graça?

O que vai acontecer é que corretores e intermediários que entendem como essas coisas operam vão até essas pessoas e dizem: vou vender ou alugar esse bem em seu nome. E você vai receber uma renda baseada nisso. Você não está dando de graça, está dando a pessoas que pagaram imposto e contribuíram com trabalho para que esses ativos fossem construídos. Na Rússia, várias empresas foram privatizadas com base na transferência de ações para indivíduos privados. Isso poderia ser usado como modelo.

O processo de privatização na Rússia foi marcado por denúncias de corrupção. Não

há corrupção na Petrobras?

Ao menos você escapa do ciclo pelo qual essas decisões são feitas de forma política.

Como o sr. vê o governo Trump e as perspectivas para a eleição americana de 2020?

A democracia moderna deteriorou-se ao ponto de ser sobre a expansão do poder político em vez de promover a liberdade humana. Os democratas iriam acelerar a expansão do poder político, por causa de suas promessas. Os republicanos fingem que não estão interessados em poder político. Mas eles expandem o tempo todo, na Defesa, por exemplo. Só é num setor diferente.

O combate à desigualdade deve ser uma prioridade?

Desigualdade de renda e de riqueza não são problemas econômicos, mas temas políticos. Políticos usam isso para dizer que tirar de um grupo e dar para outro satisfaz a justiça. Tirar de um grupo é por si só uma injustiça, e dar para outro é arbitrário. Revoluções nunca ocorreram por causa de desigualdade. Os reis perdiam a cabeça porque eram muito poderosos. Os políticos repetem que desigualdade é socialmente instável. Não, a verdadeira causa de instabilidade é poder político arbitrário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Estatais dispararam na Bolsa com plano de privatização

São Paulo- A promessa do governo Bolsonaro de privatizar 17 estatais até o fim do ano fez as ações dessas empresas dispararam na Bolsa brasileira nesta quarta (21).

Tal expectativa se somou a um diapositivo para o mercado financeiro e levou o Ibovespa aos 101 mil pontos, alta de 2%.

O dólar também se beneficiou e recuou 0,5%, para R\$ 4,03, no primeiro dia de leilões do Banco Central.

Entre as companhias, está a Eletrobras, que deve seguir o modelo de privatização proposto pelo governo de Michel Temer (MDB-SP).

As ações abriram o pregão em alta de 2,6% e dispararam após a declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de que vai tentar votar o mais rápido possível o projeto de lei sobre a venda da Eletrobras. Ele ressaltou, no entanto, que o empenho depende de o governo enviar nova proposta.

Com a fala de Maia, os papéis chegaram a subir 14,4%. Ao fim do pregão, os ordinários, com direito a voto, fecharam em alta de 12,6%, a R\$ 45. Os

preferenciais, com prioridade na distribuição de dividendos, subiram 10,8%, a R\$ 44,61. Ambos são a máxima histórica.

As ações preferenciais da Telebras, que também consta na lista do governo, saltaram 62%, a R\$ 36,90, longe da máxima histórica de R\$ 315,17 de 1997. As ordinárias dispararam 65%, a 39,39, também distante do pico de R\$ 399,80 de 2012.

Fora da lista, mas dentro das intenções do governo, a Petrobras e o Banco do Brasil tiveram fortes altas.

As ações preferenciais da petroleira saltaram 5,95%, para R\$ 25,45. As ordinárias, 5,7%, a R\$ 27,90. Já os papéis do banco subiram 5,7%, a R\$47,35.

O bom desempenho do mercado de ações brasileiro foi impulsionado pelo dia positivo no exterior.

Nesta quarta, foi divulgada a ata da mais recente reunião de política monetária do Fed, o banco central americano, quando a instituição cortou a taxa de juros em 0,25 ponto percentual.

O documento mostra que os membros do colegiado debateram cortar os juros de forma mais agressiva em julho, embora tenham permanecido unidos no desejo de evitar parecerem estar em uma trajetória de mais cortes de juros.

No Brasil, o Banco Central fez o primeiro leilão à vista de dólares em dez anos nesta quarta. Foram ofertados US\$ 550 milhões, mas apenas US\$ 200 milhões foram vendidos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Poder

Autor: Julio Wiziack e Reynaldo Turollo Jr.

Título: TCU abre investigação ampla sobre acordos firmados pelo MPF

Sugerido pelo ministro Bruno Dantas, levantamento foi motivado pela criação de fundo bilionário da Lava Jato

Brasília- Na esteira dos questionamentos feitos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a destinação de recursos bilionários do fundo da Lava Jato, o TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu investigar todos os acordos feitos pelo Ministério Público Federal (MPF) para avaliar a dimensão do "orçamento paralelo" hoje administrado pelos procuradores.

Sugerido pelo ministro Bruno Dantas, o levantamento foi aceito pelo plenário da corte em junho. Casos como o do rompimento das barragens da Vale e o do acordo do fundo de indenização da Lava Jato, acertado entre a Petrobras e a SEC (comissão de valores mobiliários dos EUA) sob a intermediação do MPF, estão na mira do tribunal.

O acordo da Petrobras com a autoridade de mercado dos EUA levou a estatal a destinar R\$ 2,5 bilhões a um fundo de reparação no Brasil.

Há 30 anos, a Lei da Ação Civil Pública concedeu poderes para que a Defensoria Pública e o Ministério Público firmassem termos de ajustamento de conduta e acordos.

"Qual seria a real magnitude dos recursos envolvidos nesses ajustes, cuja destinação tem sido dada à margem do ciclo orçamentário?", questionou o ministro Bruno Dantas em comunicação aos demais ministros do tribunal.

Para ele, há chances de que tenha sido "desconfigurada" a "repartição de tarefas estatais" considerando a quantidade de acordos realizados.

"Fica afetada a lógica do orçamento único da União", disse Dantas. "E também as elevadas funções da peça orçamentária como o instrumento de planejamento e programação financeira e o mecanismo de transparência e de controle." Para evitar que essas receitas corram de "forma paralela" ao Orçamento da União, sem que sejam avaliadas as despesas e destinações desses recursos, o ministro sugeriu que fosse feita prestação de contas desses gastos no âmbito de um processo que corre sob a relatoria do ministro Vital do Rego sobre os TACs (termos de ajustamento de conduta) fechados pelo Ministério Público do Trabalho.

Para o TCU, a ideia é que, pelo menos, se saiba quantos são os acordos, quais os valores e para onde foram os recursos.

No caso do fundo da Lava Jato, o MPF atuou como representante do poder público brasileiro. A PGR só ficou sabendo das negociações por meio de documentos secretos enviados pelo Itamaraty no final de 2017 e início de 2018.

Depois do acerto com os EUA, a Petrobras destinou os recursos para um fundo, como previu o memorando assinado entre as partes.

Porém, a administração do fundo pelo MPF e a forma como os recursos foram parar em uma conta "trânsito" na Caixa Econômica Federal estão sendo questionados pela PGR em ação que corre no STF.

Nela, questiona-se a legalidade de um fundo ser gerido pelo MPF, sem que a União decida o destino dos recursos.

Também se aponta a possibilidade de perdas decorrentes das variações cambiais. Conforme a Folha revelou, em valores atualizados, essa perda até junho chegava a R\$ 22,4 milhões.

Pelo memorando de acerto entre as partes, o MPF decidiu que metade do dinheiro seria usado para ações de combate à corrupção. A outra metade iria para a indenização de acionistas minoritários.

Já o acordo depois do rompimento da barragem da Samarco (empresa da Vale e da BFI), em Mariana em 2015, foi fechado após o MPF ajuizar uma ação por danos coletivos da ordem de R\$ 155 bilhões. Após a assinatura do termo de ajustamento de conduta (TAC) a ação foi suspensa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/08/2019

Seção: Notas e Informações

Autor: Danielle Brant

Título: Mudança do Coaf foi para despolitizar órgão, afirma Guedes

Brasília- O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou nesta quarta-feira (21) que a transferência do novo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) para o Banco Central abra brecha para indicações políticas e defendeu que a intenção, na verdade, foi despolitizar o órgão de inteligência financeira.

Guedes falou a jornalistas ao fim de uma reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), **o ministro Bento Albuquerque (Minas e energia)** e líderes de partidos.

Na segunda-feira(19), a Folha mostrou que a medida provisória assinada por Bolsonaro possibilita que ocupantes de cargos comissionados, que não necessariamente são servidores públicos, integrem o quadro técnico-administrativo do órgão, que passa a se chamar UIF (Unidade de Inteligência Financeira).

"A decisão do Coaf foi para despolitizar um órgão da República que estava sendo politizado", disse Guedes.

"Não estou dizendo que estavam botando político. A demarcação de territórios numa democracia ocorre o tempo inteiro. Visivelmente o Coaf se transformou

num foco de conflito político, de demarcação institucional de território. Como você blinda isso politicamente? Você faz um aperfeiçoamento institucional."

Segundo Guedes, o BC é um lugar natural para o Coaf, principalmente se a medida for acompanhada da autonomia do Banco Central.

"Só reforça a ideia de que esse órgão não está ao alcance de influências políticas, seja de quem quiser perseguir um político, seja de quem quiser dar impunidade a um político, seja quem queira perseguir um contribuinte, seja quem queira isentar um contribuinte."

Guedes afirmou ainda não ser razoável que um ministro concentrasse tantos poderes como ele estava concentrando com o Coaf debaixo do Ministério da Economia.

Maia também defendeu a transferência do Coaf para o BC e rejeitou que isso abra brecha para nomeações políticas no órgão.

"Isso está errado. O Banco Central já existe. Ninguém nunca viu uma discussão de que algum político tentou nomear alguém no Banco Central. Colocar o Coaf no BC é garantir que não vai ter nomeação política."

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, BRUNO ROSA E ANA PAULA RIBEIRO

Título: À VENDA

Governo anuncia planos para privatizar 17 empresas estatais

BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O governo anunciou ontem a ampliação do seu programa de privatizações e concessões, que incluirá também presídios, creches e parques nacionais. No total, 17 empresas fazem parte da lista de desestatizações, que inclui novos projetos e ativos que já estavam na carteira do governo. A intenção é vender Eletrobras, Telebras, Casa da Moeda, Porto de Santos, entre outras empresas. Além disso, o governo vai iniciar estudos para privatizar a Petrobras, medida defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

O anúncio foi feito no Palácio do Planalto após uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com o conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que reúne as concessões e privatizações do governo federal. Foram incluídas nove empresas no programa, além de oito para as quais já havia previsão de privatização. Também serão vendidas 20,8 milhões de ações que a União detém

no Banco do Brasil, chamadas de ações excedentes. O objetivo, nesse caso, é arrecadar cerca de R\$1 bilhão.

O BNDES vai conduzir estudos para indicar se há condições no mercado para concretizar a venda das estatais. As análises também poderão recomendar a manutenção da empresa ou a sua extinção.

— Já abrimos estudos que envolvem Telebras, Correios, Porto de Santos, Lotex, Dataprev, Serpro, Ceagesp, entre outras — citou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

PARQUES E PRESÍDIOS

O governo citou a concessão de creches e até de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), mas sem citar prazo.

— Incluímos creches, presídios e unidades socioeducativas. Podemos incluir UPAs. Estamos abrindo essas possibilidades — disse o ministro.

Segundo Lorenzoni, a carteira do PPI está estimada em R\$1,3 trilhão em investimentos, e a estimativa do governo é passar para R\$ 2 trilhões com o anúncio de ontem.

O Palácio do Planalto informou que estudará a estruturação de projetos-piloto de unidades prisionais nos estados. A quantidade de presídios incluída na proposta não foi detalhada. Em nota, o governo cita a superlotação, necessidade de criação de vagas e a baixa capacidade de investimentos dos estados para ampliar e gerir a infraestrutura necessária.

Foram incluídas no programa as concessões do Parque Nacional de Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional de Jericoacoara e do Parque Nacional do Iguaçu. O último está com a iniciativa privada, mas passará por novo leilão.

Técnicos do governo afirmam que as privatizações não devem ser concluídas este ano. E há dúvida sobre a atratividade de algumas empresas.

A Telebras, por exemplo, acumula prejuízos, mas ganhou fôlego com o lançamento de um satélite cuja capacidade é dividida com o Ministério da Defesa. Segundo fontes, dificilmente esse ativo seria privatizado porque o governo conta com ele para levar adiante um programa de internet em locais de difícil acesso e por causa do uso pelas Forças Armadas.

A Lotex tenta ser vendida desde 2018. Primeiro, o governo esperava vender esse monopólio (só a União pode explorar loterias) por R\$ 1,4 bilhão. Depois de

aprofundar estudos, a equipe econômica reformulou regras, baixou a previsão de receita para R\$ 600 milhões e, mesmo assim, não houve interessado.

A privatização dos Correios também deve demorar, pois precisa do aval do Congresso. A empresa tem monopólio dos serviços postais e do correio aéreo nacional (serviço postal militar) assegurado pela Constituição.

— A privatização dos Correios passa também, segundo decisão do Supremo (Tribunal Federal), pelo Congresso Nacional. É um processo longo, não é rápido — afirmou o presidente Jair Bolsonaro, antes do anúncio das empresas.

Enquanto isso, a privatização da Eletrobras pode finalmente avançar no Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que vai se empenhar para votar o projeto o mais rápido possível. Maia e Guedes se reuniram ontem com **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e líderes de partidos políticos para tratar do assunto.

— É importante mostrar que os recursos necessários do sistema Eletrobras estão sendo retirados das despesas que podem mudar a vida das pessoas — disse Maia.

— Vamos trabalhar para que seja o mais rápido possível, de forma organizada, para que facilite a tramitação.

Já Guedes afirmou que, se a estatal não conseguir manter o ritmo de investimentos, vai "colapsar": — Essa empresa está lutando para viver, como está acontecendo com todas as estatais.

Para especialistas, os planos são positivos e devem ter impacto na economia no médio e longo prazos.

— É mais uma sinalização liberal que a equipe econômica quer implementar. É uma notícia positiva para os investidores e para o ajuste fiscal. É uma notícia de execução no médio e longo prazos — afirma Jorge Simão, superintendente de distribuição do banco Haitong.

Para o economista Armando Castelar, da FGV, a Eletrobras é a mais atraente da lista e tem melhorado resultados:

— Não vão faltar interessados. Essa é a principal empresa dentro do plano do governo.

Castelar pondera que o governo terá um desafio adicional na venda de companhias que têm a União como principal cliente, como Casa da Moeda,

Telebras, Serpro, entre outras. Segundo ele, será preciso definir se o governo vai manter os contratos com essas empresas após a venda.

Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, lembra que o mais importante é fazer a modelagem correta para vender os ativos, que devem gerar interesse internacional. Ele cita como as empresas mais atraentes Eletrobras, Correios, Telebras e Lotex:

— A Eletrobras deve sair em 2020 e parte dos outros ativos em 2021. Se conseguir nesse prazo, já será um ganho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Passo seguinte

Opinião do Globo

A LISTA de estatais a serem privatizadas representa um passo na direção da melhoria das contas públicas. Não só pela receita auferida com a finalidade de reduzir a dívida do Estado, mas também pelo alívio sobre o Tesouro, do qual estatais dependem para sobreviver sem dar o devido retorno à sociedade, que paga a conta.

OUTRO ASPECTO positivo é melhorar a eficiência dessas empresas em mãos privadas. Mas é fácil fazer lista de estatais privatizáveis. Difícil é enfrentar as dificuldades políticas e técnicas para licitar e passar as companhias adiante.

O GOVERNO será cobrado pela eficiência com que executará esta tarefa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, ANA PAULA RIBEIRO, RAMONA ORDONEZ, BRUNO ROSA E GABRIEL MARTINS

Título: Governo fará estudos sobre privatização da Petrobras, diz Onyx

Equipe econômica defende venda da estatal até 2022. Ações da empresa saltam quase 6% na Bolsa com notícia

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO- A privatização da Petrobras entrou no radar da equipe econômica. O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende

desestatizar a empresa até o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro. Antecipada pelo jornal Valor Econômico, a notícia fez as ações da estatal saltarem cerca de 6%. Os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) subiram 5,95%, e os ordinários (ON, com voto), 5,32%.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que o governo realizará estudos objetivos sobre a privatização da Petrobras. Mas admitiu que pode demorar.

— Estamos indo passo a passo — disse.

— O governo faz estudos e trabalha de maneira objetiva. A Petrobras como um todo passará por estudos pela equipe do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), do BNDES, da equipe do **Ministério de Minas e Energia**. As ações de desestatizações são criteriosas. Temos muitos anos pela frente.

O entorno de Guedes avalia haver no governo uma mudança de percepção, no sentido de apoiar a privatização da Petrobras, mesmo que a longo prazo. A principal razão seria a necessidade de arrecadar recursos para a União.

ENTRAVES À FRENTE

Outro argumento citado por fontes do Ministério da Economia é a necessidade de abrir o mercado de combustíveis no país, para baixar os preços. A greve dos caminhoneiros é citada como exemplo do problema de haver um monopólio estatal nesse mercado.

Interlocutores de Guedes dizem ainda temer deixar uma Petrobras saneada financeiramente para outro grupo político, em caso de mudança de governo, que novamente transformaria a estatal em "palco de corrupção".

A venda da Petrobras, porém, está longe de ser unanimidade dentro do governo. Enquanto o entorno de Guedes acredita que esse será o caminho para a empresa até 2022, integrantes do Ministério de Minas e Energia têm posição diferente.

O ministério responsável oficialmente pela Petrobras é resistente à ideia de se desfazer completamente da empresa. Por isso, a privatização da estatal de petróleo é tratada com cautela por integrantes do governo, que preferem focar nas outras estatais já anunciadas, como a Eletrobras.

Uma fonte ressaltou ainda que a venda da Petrobras teria de passar pelo Congresso, portanto dificilmente ocorreria no atual governo. Além disso, a estatal teria de ser dividida, pois não seria possível repassar uma empresa de tal porte ao setor privado.

No início da noite, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, foi perguntado se a iniciativa tem sido discutida entre o presidente e a equipe econômica. Ele afirmou:

— Não há (discussão) por parte do presidente. Ao menos, não me formulou nenhuma ideia nesse sentido.

Na campanha eleitoral, Bolsonaro disse, em sabatina da Globonews, que admitia privatizar a Petrobras, ainda que fosse "pessoalmente contra". Em novembro, citou uma possível "privatização pardal". Já em abril, afirmou, também na Globonews, ter "simpatia" pela venda da estatal.

E na semana passada, Guedes, em evento no Rio, disse ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que ele poderia "privatizar coisas maiores" que Correios e Eletrobras. Castello Branco, por sua vez, antes de assumir a estatal, afirmou diversas vezes ser favorável à privatização.

Para as empresas de petróleo que atuam no Brasil, é indiferente se a Petrobras é estatal ou privada. Segundo o executivo de uma petroleira, que não quis ser identificado, o que as empresas sempre quiseram era que a Petrobras não fosse a única a atuar no setor, e este já é o cenário atual: — A Petrobras é uma das mais competentes entre as grandes petroleiras mundiais, com capacidade técnica extraordinária, é orgulho nacional. Mas privatizar é uma decisão política do governo.

Para Adriano Pires, da CBIE, a privatização da Petrobras deve entrar em pauta em 2020, após a venda da Eletrobras. Ele acredita que o modelo de capitalização, com oferta de ações em Bolsa, é o mais adequado: — Assim, o governo não entrega a companhia para um investidor apenas.

O Ibovespa avançou 2%, aos 101.202 pontos. Já o dólar comercial recuou 0,53%, a R\$ 4,0296, após o Banco Central vender US\$ 200 milhões. Bem abaixo da oferta, de US\$ 550 milhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/08/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: União vai estimular produção de óleo e gás em terra

Com programa que será lançado hoje, meta é passar de 270 mil para 500 mil barris por dia até 2030, reduzindo os preços

O choque de energia barata prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, vai incluir a revitalização da produção de petróleo e gás em campos terrestres. Será lançado hoje o Reate 2020 — Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres. A meta do governo é praticamente duplicar a produção, dos atuais 270 mil barris por dia para 500 mil barris até 2030. Deste total, 67% da produção seriam de gás natural.

— Em função dos menores custos do gás produzido em terra, na comparação com o pré-sal, vamos experimentar redução de 30% a 40% dos preços atualmente praticados no Brasil. Com o crescimento da produção onshore (terrestre), vamos ter novas empresas. O retorno é mais rápido do que a produção no mar — afirmou o **secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**.

O empurrão poderia dar fôlego para um setor que encolheu: a produção de óleo e gás em terra responde por menos de 10% do total. Em setembro do ano passado, os campos em terra produziam 274 mil barris diários, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Hoje são 235 mil barris.

Para dinamizar o setor, o caminho será o estímulo à criação de start-ups de base tecnológica para exploração e produção de petróleo e gás terrestres. Além disso, a ANP selecionou 726 áreas terrestres em 14 estados (Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e 712 blocos exploratórios onshore para colocar em oferta permanente.

O primeiro leilão será em 10 de setembro. Serão ofertados 263 blocos terrestres.

MAIS QUE A BOLÍVIA

Para estimular a entrada de empresas de pequeno e médio porte no setor, estuda-se a possibilidade de permitir o uso das reservas de óleo e gás como garantia de financiamentos.

Nos cálculos do governo, seria possível alavancar os investimentos, que passariam de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 4 bilhões ao ano, com a perspectiva de gerar 700 mil empregos, principalmente no Nordeste. Espera-se que o número de companhias no setor salte das atuais 50 para 500.

As projeções do governo são ambiciosas: que a produção de gás natural desses campos salte de 25 milhões de metros cúbicos por dia para 55 milhões. Isso é quase o dobro dos 30 milhões de metros cúbicos importados hoje da Bolívia.

Segundo Anabal dos Santos Júnior, secretário executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP), há demanda de empresas privadas para produzir em terra.

Já o presidente da PetroSynergy, Sergio Paez, destaca que a devolução de campos terrestres pela Petrobras é essencial para aumentar a produção. Há quase 20 anos, a empresa, que participará do leilão, arrematou o Campo de Tabuleiro de Martins, em Alagoas, que produzia 100 barris por dia. Hoje são 350 barris.

— O Brasil tem um grande potencial a ser explorado, precisa sair dessa situação de quase abandono — disse Paez.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/08/2019

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa e Ingrid Soares

Título: Largada para a privatização de nove estatais

O governo deu início ao processo de privatização dos Correios, mas o procedimento de venda da holding, com começo imediato das discussões no Congresso — como era a expectativa —, vai ter de esperar. A estatal foi incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em fase de estudos e não diretamente no Programa Nacional de Desestatização (PND). Ou seja, primeiro, o governo vai discutir como será feita a venda da estatal ao capital privado, para, depois, iniciar o processo político de articulação com deputados e senadores.

Além dos Correios, foram incluídos no PPI outras oito estatais. Dessas, quatro iniciarão processo semelhante ao dos Correios e não entrarão direto no PND: a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás); o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev); e a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o porto de Santos.

As outras quatro entrarão direto no PND, ou seja, o governo poderá iniciar de imediato o rito processual de desestatização, de precificação e vendas das empresas: a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF); a Empresa Gestora de Ativos (Emgea); o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec); e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).

Até então, a carteira do PPI contemplava R\$ 1,3 trilhão de investimentos. Com

as 33 novas ações inclusivas no PPI, incluindo as desestatizações das quatro estatais que entraram direto no PND, a carteira vai subir para R\$ 2 trilhões.

Sobre a privatização da Petrobras, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que o governo está “indo passo a passo”. “A holding é gigantesca. **O ministro de Minas e Energia (Bento Albuquerque)** vem conduzindo um processo adequado, com estudos de profundidade mais seguros”, afirmou. “Nós também temos de lembrar que a Petrobras é muito importante no contexto mundial. Sofreu um saque inominável em interesses escusos e vem sofrendo processo de recuperação e reorganização. Ainda temos muito a fazer antes de poder trazer todas as áreas de atuação para dentro do processo.”

Amadurecimento

A expectativa pelo anúncio do processo de privatizações era pela inclusão direta de todas as estatais. A secretária especial do PPI, Martha Seiller, explicou que o objetivo de inserir algumas empresas públicas na fase de estudos é amadurecer a modelagem depois de terem atraído o interesse do setor privado. “As que estão para estudos é para avançarmos, inicialmente, em análise técnica sobre quais parcerias possíveis para, depois, ter análise do conselho de ministros”, frisou. Ela admitiu, contudo, que os ministros podem optar por incluí-las diretamente no PND.

No caso específico dos Correios, o governo decidiu não incluir a estatal diretamente no PND para amadurecer a proposta. “Temos avaliado importantes necessidades de investimentos privados, e a modelagem disso ainda não está pronta. É importante esclarecer esse passo de estudos para ver quais os formatos possíveis para atrair a iniciativa privada”, afirmou. “Fizemos benchmark de como as empresas de correios (no mundo) têm avançado em níveis de investimentos e pelos gastos operacionais de custeio, que têm capacidade de custeio muito baixo, e isso prejudica muito a companhia.”

A explicação foi endossada por Lorenzoni. “Vai ser toda a estrutura (que será vendida)? Vai se dividir logística com a ponta da estrutura formal e tradicional dos Correios que, hoje, é uma gente importante, por exemplo, de rodas? Como vão ficar os franqueamentos, as franqueadas? Tem um conjunto de fatos que precisam ser analisados e têm de ser feito com cuidado, com avaliação técnica adequada”, justificou.

Somente após concluída a etapa de estudos, os Correios e as outras estatais incluídas na mesma fase serão transferidas ao PND. Para isso, o presidente Jair Bolsonaro deve encaminhar um projeto de lei. Segundo Lorenzoni, não haverá problemas na articulação política para conduzir o processo em conjunto com

outras pautas prioritárias. “O ônus de um governo sério e que deseja transformar o Brasil é de tocar muitas coisas ao mesmo tempo”, declarou.

A previsão inicial, ontem, era pelo anúncio de 17 estatais. O governo explicou, contudo, que seis delas (veja quadro) haviam sido incluídas no PPI em reuniões anteriores do conselho do programa (CPPI). A privatização da Loteria Instantânea (Lotex) foi confirmada no encontro de ontem, mas, por ser um leilão de concessão de um produto explorado pela Caixa Econômica Federal, não entra como uma empresa pública. A única ausência da lista prevista foi a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

As empresas

- » Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF)
- » Empresa Gestora de Ativos (Emgea)
- » Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)
- » Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev)
- » Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)
- » Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec)
- » Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)
- » Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás)
- » Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Leilão de concessão

- » Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex)

Das 17 privatizações previstas, seis empresas já haviam sido incluídas em reuniões anteriores do CPPI

- » Eletrobras
- » Casa da Moeda
- » Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas)
- » Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)
- » Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)
- » Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)

Não incluída

- » Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 22/08/2019****Seção: Política****Autor: Maria Eduarda Cardim****Título: Especialistas veem decisão como positiva**

Economistas ouvidos pelo Correio concordam com as privatizações anunciadas pelo governo. Para Cláudio Frischtak, as estatais, de modo geral, sofreram processos de degradação nos últimos 15 anos. “Elas perderam na governança delas, na qualidade da gestão, na capacidade de investir e de competir com outras empresas. A reação a esse processo não poderia vir de uma outra forma. A privatização não é uma opção, é um fato”, afirmou.

Frischtak explicou, que, além de reduzir os custos para o Estado, é importante pensar em melhorar os serviços oferecidos para a população. Ele destacou que, para isso, a modelagem desse processo de privatização é importante e precisa ser bem-feita. “Tem de criar um ambiente onde haja competição para o ativo e assegurar que as empresas sejam bem-atendidas, não só em termos de preço”, disse.

O especialista ressaltou que o impacto na economia só poderá ser visto daqui a algum tempo, já que o processo de privatização é lento. “Depende muito do setor e da empresa, mas o Brasil é um país com ativos muito relevantes. Tem um extenso território, uma grande população e excesso de demanda em infraestrutura, ou seja, tem espaço para novos ofertantes”, destacou Frischtak. “No entanto, isso vai depender da situação doméstica e global, já que existe um grau de incerteza na economia mundial.”

Já a economista Elena Landau acredita que o impacto econômico será menor do que o vendido pelo governo na campanha eleitoral. “Nem todas serão vendidas a preço positivo, algumas não têm viabilidade econômica”, justificou ela, que participou do programa de privatização de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990. “Temos grandes empresas no meio, como os Correios e a Eletrobras. É uma primeira sinalização das privatizações”, emendou.

As privatizações precisam passar pelo aval do Congresso. A decisão é do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em junho, deliberou que o governo federal não pode vender estatais sem o consentimento da Casa. De acordo com deputados, o assunto precisa “amadurecer” no Parlamento. Para o deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA), os números e explicações já foram dados pelo governo federal. “Sabemos que algumas realmente precisam ser privatizadas,

mas são muitas. É um tema bastante espinhoso e um assunto recente. Levarei para bancada do PTB para a gente discutir”, disse.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou como positiva a decisão. “A privatização é o instrumento adequado para reduzir custos e modernizar as empresas, a partir da transferência de ativos do Estado para a iniciativa privada, que é reconhecida por sua eficiência e maior capacidade do que o ente público para investimentos, gestão e governança”, frisou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/08/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: “Para privatizar Petrobras, será preciso educar a população”

Mercado S/A

Poucos setores prezam tanto pelo pragmatismo quanto o financeiro. Bastou o governo anunciar a lista de estatais que poderão ser privatizadas para que os investidores corressem atrás de ações de empresas de capital misto listadas na B3, a bolsa brasileira. O destaque ficou com as ações da Eletrobras. Os papéis ordinários (que dão direito a voto) da estatal subiram 12,39%. A reboque vieram as ações preferenciais da Eletrobras (alta de 11,80%) e da Petrobras (+5,95%). Os papéis do Banco do Brasil subiram 5,72%. O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale, porém, recomenda cautela aos investidores. Ele vê com ceticismo o governo conseguir privatizar a Petrobras até 2022. “A população é contra a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal”, diz Vale. “Para mudar isso, será preciso fazer um bom trabalho de educação e convencimento, como o governo fez para aprovar a reforma da Previdência.”

MME / ASCOM .